



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO VITOR RODRIGUES DA SILVA

**TURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE 1990 A 2022**

GOIÂNIA - GO
2025

JOÃO VITOR RODRIGUES DA SILVA

Matrícula nº 20221002100449

**TURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE 1990 A 2022**

Monografia apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de Goiás como parte
dos requisitos para conclusão do curso de
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO VITOR RODRIGUES DA SILVA

Matrícula nº 20221002100449

**TURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE 1990 A 2024**

Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas
da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos
PRESIDENTE

Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro
MEMBRO

Prof. Ms. Ary José Apolinário Souza Júnior
MEMBRO

Data da Aprovação: 11/06/2025.

Goiânia-GO.

RESUMO

Esta monografia analisa as políticas públicas de turismo no Brasil entre 1990 e 2024, considerando os contextos econômicos e sociais de cada gestão presidencial. Examina-se como o setor foi incorporado às estratégias de desenvolvimento, destacando sua contribuição para o PIB, IDH, Índice de Gini, Receita Cambial Turística e chegadas internacionais. A pesquisa revela que os resultados variaram conforme a prioridade dada ao turismo por cada governo. Períodos de maior investimento em infraestrutura e promoção internacional coincidiram com crescimento da receita cambial e maior participação do setor no PIB. Por outro lado, momentos de instabilidade econômica e ausência de planejamento impactaram negativamente os indicadores analisados.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Turismo no Brasil; Desenvolvimento Econômico Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às forças maiores que regem, de maneira misteriosa e sábia, a nossa existência. Foram elas que me concederam força, saúde e discernimento ao longo de toda esta jornada acadêmica.

À minha família, especialmente à minha irmã Dienny, pelo incentivo constante e por me mostrar, na prática, que sem os estudos não podemos ir muito longe. Seu apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos, pelo companheirismo, pelas palavras de encorajamento nos momentos mais difíceis e por acreditarem no meu potencial.

Aos professores do curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela dedicação, pelas valiosas contribuições ao meu aprendizado e pela inspiração ao longo dos anos.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos, pela orientação precisa, pelos conselhos, pela paciência e pela confiança depositada em meu trabalho.

Aos colegas de curso, com quem compartilhei experiências, desafios e conquistas que tornaram essa jornada mais leve e significativa.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta monografia, o meu mais sincero agradecimento.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 - Funções do Estado no Turismo – Exemplos e Aplicações no Brasil.....	27
---	----

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Receita com Turismo Internacional no Brasil (1990–1992)	34
Tabela 2 - IDH: Estados Seleccionados – 1991.....	36

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Emprego no Setor de Turismo no Brasil (1990–1992).....	35
Gráfico 2 – PIB Total e PIB per capita no Brasil durante o Governo Collor (1990–1992).	46
Gráfico 3 – Evolução do PIB Total nominal do Brasil (1990–2022).....	52
Gráfico 4 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil entre (1990 e 2022).....	54
Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (1990–2022).....	56
Gráfico 6 - Receita Cambial Turística do Brasil (1990–2022).....	57
Gráfico 7 – Participação do Turismo no PIB do Brasil (1990–2022).....	59
Gráfico 8 - Chegadas Internacionais ao Brasil (1990–2022).....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CNC** – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
- CNTur** – Confederação Nacional do Turismo
- CST** – Conta Satélite do Turismo
- EMBRATUR** – Instituto Brasileiro de Turismo
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FUNGETUR** – Fundo Geral de Turismo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MICE** – *Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions* (Reuniões, Incentivos, Conferências e Exposições)
- MTur** – Ministério do Turismo
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMT** – Organização Mundial do Turismo
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PLANTUR** – Plano Nacional de Turismo
- PND** – Plano Nacional de Desestatização
- PNMT** – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
- PNT** – Política Nacional de Turismo ou Plano Nacional de Turismo
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRODETUR-NE** – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- TIES** – *The International Ecotourism Society* (Sociedade Internacional de

Ecoturismo)

UNWTO – *United Nations World Tourism Organization* (Organização Mundial do Turismo – OMT)

WTTC – *World Travel and Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - O SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA DO SETOR DE TURISMO.....	13
1.1 Turismo em Expansão: Modalidades e Transformações Contemporâneas.....	15
1.2 A Relevância Econômica do Turismo no Mundo e no Brasil.....	18
1.3 Políticas Públicas e Planejamento do turismo.....	20
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O TURISMO NO BRASIL (1990-2024)	24
2.1 Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo.....	23
2.2 Análise das Políticas de Turismo por Gestão Governamental	27
2.2.1 Governo Collor (1990-1992)	31
2.2.2 Governo Itamar Franco (1992-1994)	36
2.2.3 Governo FHC (1995-2002)	39
2.2.4 Governo Lula (2003-2010)	42
2.2.5 Governo Dilma (2011-2016)	44
2.2.6 Governo Temer (2016-2018)	47
2.2.7 Governo Bolsonaro (2019-2022)	49
CAPÍTULO 3 - COMPARAÇÃO E IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS PARA O TURISMO BRASILEIRO.....	51
3.1 Indicadores Econômicos e os Resultados das Políticas Governamentais.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

O turismo desempenha um papel fundamental na economia global, contribuindo para a geração de empregos, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento regional. No Brasil, esse setor tem se consolidado como um importante vetor de desenvolvimento econômico, especialmente a partir dos anos 1990, quando o governo passou a adotar políticas públicas voltadas para a estruturação e fortalecimento da atividade turística. Diante desse cenário, este estudo busca analisar o impacto das iniciativas governamentais no desenvolvimento econômico do Brasil por meio do turismo.

Além disso, devido à sua capacidade de gerar empregos, atrair investimentos e estimular diversos setores, o turismo se consolida como uma estratégia promissora para o crescimento econômico. Países de diferentes dimensões têm investido significativamente na promoção de seus destinos turísticos, apostando que o aumento do fluxo de visitantes impulsionará a demanda por bens e serviços, favorecendo um crescimento econômico sustentável e acelerado.

A importância do turismo é amplamente reconhecida tanto por nações desenvolvidas quanto por aquelas em processo de desenvolvimento. Para estas últimas, o fortalecimento do setor turístico é considerado uma estratégia promissora para fomentar o crescimento econômico e, possivelmente, alcançar o status de países desenvolvidos. No entanto, existem também fatores que limitam o impacto positivo do turismo sobre o desenvolvimento econômico. A literatura destaca, entre outros, os custos para o governo e a pressão sobre a infraestrutura local como desafios significativos.

Nesse contexto, a presente monografia tem como objetivo geral avaliar como o turismo pode ser utilizado como estratégia de desenvolvimento econômico no Brasil, considerando a análise das políticas governamentais implementadas de 1990 a 2024.

Para isso, tem como objetivos específicos: 1) analisar o surgimento, a evolução e a importância do setor do turismo no Brasil; e 2) examinar as principais políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro para o setor turístico nesse

período e avaliar seus impactos nos principais indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico.

O problema que norteia esta monografia pode ser assim formulado: em que medida as políticas governamentais de incentivo ao setor do turismo contribuíram de forma direta ou indireta para auxiliar a economia Brasileira de 1990 e 2024?

Parte-se da hipótese de que políticas públicas bem estruturadas para o turismo contribuem significativamente para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro.

A metodologia dessa monografia, será composta de uma revisão bibliográfica, com uma pesquisa científica, de caráter qualitativa e quantitativa. Para isso serão utilizados, livros, artigos, sites especializados. Também serão utilizados os métodos dedutivo e histórico.

Esta monografia será estruturada em três capítulos. No Capítulo 1, será abordado o surgimento, a evolução e a importância do setor de turismo para a economia brasileira. No Capítulo 2, serão analisadas as principais políticas públicas implementadas pelo governo entre 1990 e 2024 para fomentar o turismo. Por fim, no Capítulo 3, será realizada uma análise comparativa entre essas políticas e a evolução dos principais indicadores econômicos, buscando avaliar seus impactos no desenvolvimento do país.

CAPÍTULO 1 - O SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA DO SETOR DE TURISMO.

Desde os tempos antigos, o ser humano já se deslocava para visitar novos locais, comercializar bens, participar de eventos religiosos e até cuidar da saúde. Inicialmente, essas viagens eram realizadas por terra, mas rapidamente se expandiram pelos oceanos.

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso do da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, ele teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. (...) Era também econômica a motivação para grandes viagens exploratórias dos povos antigos, que buscavam conhecer novas terras para sua ocupação e posterior exploração. Dessa maneira, o turismo de aventura data de milênios antes de Cristo. (IGNARRA, 2003, p. 02).

Segundo Holloway (1994), na Grécia, cerca de 2000 anos antes de Cristo, já eram realizadas viagens como objetivo de visitar os "deuses da cura", muitas das quais realizadas por mar, o que impulsionava a prosperidade dos portos. No século V a.C., a Grécia consolidou-se como um importante destino turístico, especialmente com a construção da Acrópole de Atenas, do Parthenon, e o surgimento de pousadas próximas aos grandes centros e portos, destinadas a atender às necessidades dos viajantes.

A moeda Romana era aceita como comum e o latim era a língua falada. Os Romanos foram os primeiros a introduzir os "guidebooks", que listavam os hotéis que tinham selo de qualidade. Esta era uma época em que existia muita burocracia associada ao ato de viajar. As pessoas precisavam de ter uma autorização para tal e o que adquirissem durante a viagem era frequentemente sujeito a impostos.

Barreto (2001) ressalta que, do século VII ao IX, os deslocamentos sofreram uma grande expansão, sendo comuns viagens para a comemoração de festas anuais, especialmente de povos bárbaros como os ostrogodos, visigodos, vândalos e burgúndios. No entanto, com o fim do Império Romano, as viagens decresceram,

e osurgimento da sociedade feudal trouxe consigo um sedentarismo decorrente da auto suficiência dos feudos.

Nesse contexto, Ignarra (2003) afirma que as viagens passaram a ser empreitadas extremamente arriscadas, sujeitas a assaltos e violências.

De acordo com Holloway (1994), no século XVI, começaram as viagens de longa distância, que, por exigirem hospedagem para os viajantes e descanso para os cavalos, impulsionaram a criação de acomodações específicas para esse fim. No século XVII, durante o reinado de Elizabeth I, jovens da corte, especialmente os homens, foram incentivados a viajar para o exterior, concluindo sua educação em países como França e Itália. Essas viagens, conhecidas como "*Grand Tour*", duravam em média três anos, permitindo que os jovens explorassem a cultura e a vida de grandes cidades como Veneza e Paris, o que deu um grande impulso ao turismo da época.

Foi com a Revolução Industrial, no século XIX, que ocorreram grandes transformações no modo de trabalho das pessoas, o que também trouxe novas motivações e incentivos para viajar. Mudanças no mundo laboral, como o surgimento de férias, a generalização do salário mensal, melhorias nos meios de transporte e a otimização de acomodações nos destinos turísticos, contribuíram para que as viagens se tornassem mais acessíveis. As pessoas continuaram a viajar por prazer, mas também surgiu a necessidade de conhecer novos lugares, culturas e povos. As ferrovias, que ligavam grandes centros e áreas industriais, desempenharam um papel importante nesse processo, transportando pessoas para hotéis à beira-mar e impulsionando a expansão ferroviária.

A expansão da malha ferroviária no século XIX facilitou as viagens, permitindo deslocamentos mais longos e rápidos. Com as mudanças socioeconômicas que ocorreram na Europa, especialmente a acumulação de riqueza, rapidamente surgiu um amplo mercado para o turismo. Já em 1830, na Inglaterra, existiam trens de passageiros, o que possibilitou o surgimento de viagens em grupo. Agentes e operadores de turismo começaram a oferecer viagens previamente organizadas, como pacotes turísticos, acompanhados de folhetos explicativos, cartazes e campanhas de marketing.

Segundo Barreto (1995), o ano de 1841 é considerado um marco importante para o turismo, quando Thomas Cook, um vendedor de Bíblias, organizou uma viagem de trem entre Lancaster e Loughboroug, na Inglaterra. Ele comprou e revendeu 570 passagens, e o sucesso dessa iniciativa o motivou a organizar outras viagens. Cook fundou a primeira agência de viagens do mundo. Em 1846, organizou uma viagem semelhante, levando 800 pessoas de Londres a Glasgow, na Escócia. Em 1865, lançou o guia "Conselhos de Cook para Excursionistas e Turistas", e no ano seguinte realizou sua primeira excursão aos Estados Unidos. Em 1869, conduziu um grupo ao Egito e à Terra Santa, e em 1872 organizou uma volta ao mundo com um grupo de 1960 pessoas, viagem que durou 222 dias.

Nos anos, as operadoras de turismo expandiram, vendendo pacotes da Europa para o Mediterrâneo, enquanto as agências de viagem vendiam a maioria das passagens aéreas devido à falta de infraestrutura das companhias aéreas. A hotelaria passou por mudanças, com hotéis migrando para áreas próximas a eixos de circulação, surgindo as primeiras redes e a padronização de serviços. No final do século XX e início do XXI, o turismo se consolidou como prática de massa, impulsionado por tecnologia, novos hotéis, resorts e rotas aéreas.

1.1 Turismo em Expansão: Modalidades e Transformações Contemporâneas.

O setor de turismo tem passado por uma significativa transformação nas últimas décadas, diversificando-se para atender às novas demandas dos viajantes e às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Essa diversificação não apenas amplia as oportunidades para os turistas, mas também impulsiona o desenvolvimento sustentável e econômico das regiões envolvidas.

Algumas das principais modalidades desse setor:

- 1) *Turismo Cultural*: focado na exploração do patrimônio histórico, artístico e cultural de um destino. Segundo Richards (2001), o turismo cultural contribui significativamente para a valorização e preservação da cultura local.
- 2) *Ecoturismo*: centrado na interação responsável com a natureza, promovendo a conservação ambiental e o bem-estar das populações locais.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) define o ecoturismo como "viagem responsável para áreas naturais que conserva o ambiente e sustenta o bem-estar das pessoas locais".

- 3) *Turismo de Negócios (MICE)*: refere-se a viagens corporativas para reuniões, incentivos, conferências e exposições. Davidson e Cope (2003) ressaltam a importância do segmento MICE para a economia global.
- 4) *Turismo Gastronômico*: explora a culinária típica de uma região. Hall e Sharples (2003) afirmam que a experiência gastronômica é um elemento central na escolha do destino turístico.
- 5) *Turismo de Saúde e Bem-Estar*: envolve viagens para spas, retiros de bem-estar e clínicas médicas. Smith e Puczkó (2014) discutem como o turismo de bem-estar tem crescido como uma forma de buscar saúde e equilíbrio
- 6) *Turismo Religioso*: o turismo religioso é uma modalidade que envolve viagens motivadas pela fé, espiritualidade ou interesse cultural em locais sagrados.

Essa forma de turismo abrange peregrinações, visitas a santuários, participação em festivais religiosos e outras atividades ligadas à devoção e ao patrimônio espiritual. O turismo religioso não é um fenômeno novo; ao longo da história, indivíduos e grupos têm viajado para locais sagrados em busca de iluminação espiritual, cura, penitência ou simplesmente para aprofundar sua fé. Na obra de Collins-Kreiner (2010), a autora explora as múltiplas facetas do turismo religioso, destacando que as motivações dos peregrinos e turistas são diversas e complexas. Ela propõe que o turismo religioso deve ser visto como um espectro que varia desde peregrinações tradicionais até viagens com propósitos mais turísticos ou culturais.

O turismo é um setor dinâmico que reflete as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas em nível global. À medida que o mundo evolui, novas tendências emergem, moldando o futuro das viagens e das experiências turísticas. John Urry (1990), em sua obra *The Tourist Gaze*, propõe que o turismo é uma prática social que reflete as estruturas e relações da sociedade contemporânea. Ele introduz o conceito de "olhar do turista", enfatizando que as experiências turísticas são moldadas por percepções culturais e sociais. À medida que os valores e normas

sociais evoluem, as preferências e comportamentos dos turistas também mudam. Por exemplo, a crescente conscientização sobre questões ambientais e sociais levou ao aumento do turismo sustentável e responsável. Weaver (2006) discute como as preocupações com a sustentabilidade influenciam as práticas turísticas e a demanda por experiências ecologicamente corretas.

A tecnologia tem sido um dos principais motores de mudança no turismo. Poon (1993) introduziu o conceito de "novo turismo", caracterizado pela personalização, flexibilidade e uso intensivo de tecnologia. A internet revolucionou a maneira como os turistas planejam e reservam viagens, enquanto as mídias sociais influenciam as decisões de viagem e a promoção de destinos.

As mudanças globais deram origem a novas tendências no turismo:

- 1) *Turismo Experiencial*: Pine e Gilmore (1999) argumentam que a economia está se deslocando para a "economia da experiência", onde os consumidores buscam experiências memoráveis e significativas.
- 2) *Sustentabilidade e Responsabilidade Social*: conforme mencionado por Gössling e Peeters (2015), há uma demanda crescente por práticas turísticas que minimizem impactos ambientais e promovam benefícios sociais.
- 3) *Personalização e Segmentação*: as empresas turísticas estão utilizando dados para oferecer experiências personalizadas, atendendo às preferências individuais dos viajantes.
- 4) *Crescimento do Turismo Doméstico e Regional*: eventos globais, como a Pandemia de COVID-19, impulsionaram o interesse em viagens locais, conforme observado pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O turismo, como espelho das transformações globais, continuará a evoluir em resposta às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Estudos e insights de pesquisadores como Urry, Cooper, Butler e outros, fornecem uma compreensão profunda dos fatores que moldam o setor. A adaptação e a inovação serão essenciais para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios futuros no turismo.

1.2 A Relevância Econômica do Turismo no Mundo e no Brasil.

O turismo é uma atividade capaz de gerar uma ampla gama de impactos positivos. Esses efeitos podem ser observados em diferentes dimensões, como a econômica, ambiental, cultural e social, afetando diretamente a comunidade local. Dentre esses impactos, o econômico é um dos mais evidentes. O fluxo de turistas traz receitas substanciais para as regiões visitadas, dinamizando a economia local. Globalmente, o setor turístico se destaca como uma das maiores indústrias, contribuindo significativamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de diversas nações.

De acordo com o *World Travel and Tourism Council* – WTTC (2022), o turismo desempenha um papel crucial na geração de empregos, tanto diretos quanto indiretos, além de incentivar o empreendedorismo e estimular outros setores econômicos, como o comércio e os serviços. Os postos de trabalho gerados abrangem desde hospedagem, alimentação e transporte, até serviços especializados no atendimento ao turista, reforçando a economia local. Além disso, o turismo estimula o surgimento de novos empreendimentos, como pousadas, restaurantes, bares e lojas, fortalecendo o tecido empresarial da região. Além disso, o setor favorece a criação de empregos e incentiva o empreendedorismo, que são geralmente considerados instrumentos dinamizadores da economia. Esse impacto se manifesta tanto em nível micro, por meio do aumento da renda das famílias, quanto em nível macro, ao contribuir para a arrecadação de impostos e retenção nacional dos valores gerados pelo setor.

Outro aspecto relevante é o aumento da demanda por produtos e serviços locais, o que impulsiona o comércio e favorece o crescimento econômico da área. Dessa forma, o turismo não só movimenta setores tradicionais, mas também atua como catalisador para o desenvolvimento de novos negócios e iniciativas empreendedoras, promovendo uma diversificação econômica e uma maior integração da comunidade local nas atividades econômicas.

Segundo Lew (2011), não há dúvidas de que as viagens e o turismo representam uma parte importante da economia mundial, sendo o maior setor de serviços no comércio internacional. Está entre as cinco principais fontes de

exportação internacional, gerando receitas para mais de 80% dos países do mundo.

De acordo com Mankiw (2013), os destinos utilizam o turismo como uma estratégia para explorar suas vantagens comparativas, especialmente no que se refere aos recursos naturais e culturais, visando atrair receitas para a economia local, gerar divisas, criar empregos e ampliar a arrecadação de impostos.

De acordo com a UNWTO (2021), o setor turístico perpassa uma série histórica de crescimento até o ano de 2019, chegando a testemunhar o tráfego de cerca de 1,460 bilhão de pessoas internacionalmente e movimentar cerca de US\$ 5 bilhões por dia, ou o equivalente a US\$ 1,481 trilhão ao fim deste mesmo ano.

De acordo com Lee, Olasehinde-Williams & Akadiri (2021) e Shake, Soriano & Porada-Rochón (2021), para além desses avanços, a atividade turística representou a contribuição direta de 10,3% do PIB mundial ainda em 2019, tornando-se um dos pilares para o desenvolvimento de muitos países.

Embora o desenvolvimento do turismo não seja o único fator determinante do crescimento econômico, países com setores turísticos bem desenvolvidos tendem a apresentar taxas de crescimento econômico mais altas em comparação com aqueles que não possuem esse desenvolvimento.

Segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo – WTTC (2022), o setor de viagens e turismo contribuiu com cerca de 7,7% do PIB brasileiro em 2019, antes da Pandemia de COVID-19. Embora tenha havido uma queda em 2020 devido às restrições de viagem, as projeções indicam uma recuperação gradual do setor.

Hall e Page (2014) destacam que o turismo pode servir como um catalisador para o crescimento econômico, especialmente em países com vastos recursos naturais e culturais como o Brasil. A atividade turística promove o fluxo de divisas estrangeiras, fortalece a economia nacional e estimula outros setores, como comércio, serviços e indústria.

1.3 Políticas Públicas e Planejamento do Turismo.

O fenômeno do turismo, em escala global, está diretamente ligado à ampliação e diversificação da atuação do Estado e à sua relação com a sociedade. Durante o século XX, o crescimento do Estado, tanto em tamanho quanto em complexidade, refletiu mudanças qualitativas nessa relação.

Conforme Azevedo e Andrade (1997), a análise do papel e da organização do Estado ao longo dos períodos históricos pode ser feita a partir da definição dos bens públicos e da forma como esses são ofertados. Na concepção mais restrita, os bens públicos abrangem elementos como a defesa nacional, a ordem jurídica, os direitos civis e políticos e o arcabouço normativo da economia. Entretanto, em uma visão mais ampla, incluem também serviços considerados direitos fundamentais dos cidadãos, como educação, saúde, infraestrutura, saneamento, lazer e turismo. Ainda que, segundo o conceito clássico, os bens públicos sejam caracterizados pela não apropriação individual, sua abrangência varia de acordo com os contextos sociais e políticos.

Com o tempo, a sociedade tornou-se mais organizada e diversificada, refletindo-se na criação de partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e outras entidades representativas. Esse processo de organização social acompanhou a expansão do Estado, que, por meio do *Welfare State*¹, ampliou sua atuação para atender às demandas sociais. Assim, o crescimento do Estado não foi apenas quantitativo, mas também qualitativo, tornando sua relação com a sociedade mais específica e estruturada.

A consolidação do *Welfare State*, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, institucionalizou políticas públicas em áreas como saúde, habitação, saneamento, transporte e comunicação. Foi nesse contexto que surgiram as políticas públicas de turismo, impulsionadas por fatores como a regulamentação do trabalho, a redução da jornada laboral, a instituição de férias remuneradas, o fortalecimento dos sistemas de aposentadoria e os avanços nos transportes e na comunicação. Essas

¹ *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) é um modelo no qual o Estado assume a responsabilidade de garantir direitos sociais, como saúde, educação, previdência e seguridade social. Sua consolidação ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa, com o objetivo de reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

transformações possibilitaram o desenvolvimento do turismo como um direito social e um setor estratégico para o desenvolvimento econômico.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, os métodos de planejamento turístico passaram por diversas transformações. Segundo a análise de Hall (2001), com base em dados da OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), os países desenvolvidos vivenciaram quatro fases distintas na formulação de políticas para o setor turístico.

A primeira fase ocorreu nos dez anos seguintes ao término da guerra (1945-1955), período em que os governos concentraram esforços na reestruturação institucional do pós-guerra. As políticas adotadas visavam reorganizar aspectos como alfândega, moeda e regulamentações emergenciais implementadas durante o conflito.

Entre 1955 e 1970, iniciou-se um segundo momento, marcado pelo crescente envolvimento governamental em estratégias de marketing turístico, com o objetivo de impulsionar os ganhos do setor. Já no período de 1970 a 1985, os governos passaram a investir mais diretamente na infraestrutura turística e a utilizar o turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional.

A partir de 1985, mudanças no cenário político internacional impactaram as políticas públicas voltadas ao turismo. Embora o setor continuasse a ser visto como um motor de desenvolvimento regional, o papel do Estado na oferta de infraestrutura turística diminuiu, dando lugar a parcerias público-privadas. Além disso, houve um aumento das pressões para a autorregulamentação da atividade turística.

Diante do potencial econômico e regional do turismo, muitos governos adotaram políticas de planejamento para o setor. No entanto, essas iniciativas nem sempre refletiram os interesses das comunidades locais. Em muitos casos, o planejamento foi conduzido de forma hierárquica e centralizada (top-down²), tratando a comunidade anfitriã como mero objeto do processo, reduzindo sua influência sobre as decisões que afetam seu próprio território.

² Top-down é um modelo de tomada de decisão em que as diretrizes são impostas de cima para baixo, ou seja, as decisões são tomadas por autoridades superiores e repassadas aos níveis inferiores, sem grande participação das pessoas afetadas.

De acordo com Bennett (1994), o turismo é peculiar pelo fato de ser um setor fragmentado, que envolve muitos segmentos e negócios, e não apenas um produto que possa competir internacionalmente. Isto significa que o modo pelo qual o governo deve abordá-lo é especialmente importante se comparado a outros setores.

Ainda segundo Bennett (1994), a principal justificativa para a intervenção do Estado, especialmente em países subdesenvolvidos, baseia-se na necessidade de sua atuação nos estágios iniciais do desenvolvimento do turismo. Isso ocorre devido à falta de experiência, escassez de capital e ausência de profissionais qualificados no setor. Além disso, argumenta-se que a ação governamental é essencial para viabilizar a abertura de novas áreas para o turismo, onde os riscos são elevados demais para o investimento privado.

Ele continua afirmando que a intervenção do Estado na criação e no gerenciamento direto da infraestrutura turística tem sido desaprovada por governos em economias de mercado aberto. Os recursos financeiros alocados ao setor de turismo pelo orçamento governamental têm sido, em sua maioria, direcionados à infraestrutura, que é de caráter multissetorial, beneficiando diversos outros setores da economia. Por outro lado, as despesas diretas do governo com o turismo geralmente cobrem custos administrativos, pesquisa e marketing. No entanto, esses valores tendem a ser pequenos em comparação ao orçamento total do governo e, muitas vezes, são reduzidos em função de alocações para outros setores.

Apesar disso, Abdel-Wahab (1974), diz que existem várias maneiras pelas quais o governo pode fomentar investimentos diretos no turismo. A estabilidade econômica é um pré-requisito básico para atrair investimentos, sendo necessário que o país seja internacionalmente competitivo para isso.

A “indústria do turismo”, como é conhecida na tradição econômica, é uma ferramenta frequentemente utilizada pelos governos para atingir metas de reestruturação e crescimento econômico, geração de empregos e desenvolvimento regional. Embora seja amplamente reconhecido que o turismo não resolve todos os problemas econômicos, esse modelo destaca o potencial econômico da atividade, principalmente como uma indústria de exportação, que contribui de maneira positiva

para o equilíbrio nacional e regional em áreas como relações de troca, balança de pagamentos e níveis de câmbio.

Ao direcionar o planejamento para os aspectos econômicos, o governo busca utilizar o turismo como um elemento-chave para promover o crescimento e o desenvolvimento de áreas específicas, por meio da geração de emprego e renda. Dentro dessa abordagem, os aspectos que definem o turismo como uma indústria são ressaltados, permitindo medir sua contribuição econômica e avaliar o desempenho do governo na condução do processo.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O TURISMO NO BRASIL (1990-2024).

Neste capítulo, será abordada a evolução das políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil desde o ano de 1990 até o presente, analisando o papel do governo no desenvolvimento do setor e as implicações dessas políticas para a economia nacional. A análise será realizada sob a perspectiva das gestões presidenciais de diferentes períodos, destacando as estratégias adotadas, os objetivos perseguidos, os principais marcos legais e os impactos dessas políticas no crescimento do turismo e no fortalecimento da economia brasileira.

Inicialmente, serão discutidas as políticas do Governo Collor (1990-1992), período em que o turismo começou a ganhar maior relevância como vetor de desenvolvimento econômico. Em seguida, serão analisadas as ações durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), com foco na tentativa de reestruturação do setor após a estabilização da economia. O capítulo avançará para a análise das gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, por fim, as políticas dos governos mais recentes, até o ano de 2024.

Cada subseção analisará as especificidades das políticas adotadas por cada governo, levando em conta os contextos econômicos e sociais, além de considerar os principais indicadores econômicos e turísticos do período. Serão explorados, também, os principais desafios enfrentados por cada gestão.

2.1 O Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo.

O turismo é uma atividade econômica de grande importância para o desenvolvimento regional e nacional, sendo cada vez mais reconhecido como vetor de geração de emprego, renda e inclusão social. No entanto, por tratar-se de um setor de natureza complexa e intersetorial, o seu desenvolvimento sustentável depende diretamente da atuação coordenada do Estado. Cabe ao poder público criar as condições estruturais, normativas e institucionais para que o turismo se desenvolva de forma planejada, equilibrada e em consonância com os interesses da coletividade.

Segundo Dias (2003, p. 121), “a política pública é o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”. Portanto, no contexto do turismo, é função do Estado promover a infraestrutura básica, garantir acessibilidade, qualificar a mão de obra, preservar os recursos naturais e culturais e estimular a participação da comunidade local nas decisões relacionadas ao setor.

A atuação estatal se tornou ainda mais relevante a partir da segunda metade do século XX, com o advento do chamado “turismo de massa”. A democratização do lazer e das férias, impulsionada por mudanças sociais e econômicas, evidenciou a necessidade de regulamentação e planejamento da atividade. Conforme Beni (2002, p. 101), a política de turismo consiste no “conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir objetivos globais para o Turismo no país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado”.

Dessa forma, o Estado deve atuar como articulador entre os diversos agentes envolvidos na cadeia turística — setor privado, comunidade local, investidores e visitantes — buscando sempre o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação dos recursos utilizados. A formulação de políticas públicas de turismo requer, portanto, uma abordagem estratégica e integrada, considerando tanto os aspectos macroeconômicos quanto as especificidades regionais.

A política de turismo deve também estabelecer limites e critérios para o desenvolvimento da atividade, de forma que as ações estejam alinhadas com as necessidades sociais e ambientais do território.

Como argumenta Solha (2006, p. 92), “a política de turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”. Assim, o Estado deve assumir um papel ativo na mediação entre os interesses econômicos do setor e os direitos das comunidades receptoras.

Devido à fragmentação característica da indústria do turismo, o setor privado enfrenta dificuldades em promover sozinho o desenvolvimento ordenado da atividade. Cooper et al. (2001, p. 102) ressaltam que “a intervenção do Estado na atividade

turística tem como principal objetivo potencializar os benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo turismo”, sendo essencial para preencher lacunas estruturais, coordenar ações e assegurar a competitividade dos destinos.

No Brasil, por muitos anos, o turismo evoluiu de forma espontânea, sem um planejamento adequado por parte do Estado. A ausência de uma política nacional consistente e de um órgão público específico dificultou a consolidação do turismo como política de desenvolvimento. Foi apenas a partir da década de 1990 que se intensificaram os esforços para institucionalizar a atividade no país, principalmente com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), lançado em 1994, e posteriormente com a criação do Ministério do Turismo em 2003.

O PNMT marcou o início de uma abordagem descentralizada da política turística, transferindo aos municípios maior responsabilidade sobre o planejamento e a gestão da atividade. Segundo Beni (2006, p. 26), esse plano visava “melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar”. Já a criação do Ministério do Turismo consolidou a presença institucional do setor no governo federal, conferindo-lhe maior legitimidade política e autonomia orçamentária.

O Quadro 1 abaixo, resume as principais funções do Estado no desenvolvimento do turismo, acompanhadas de exemplos práticos aplicados no contexto brasileiro. A apresentação estruturada permite compreender como a atuação governamental é essencial para garantir infraestrutura adequada, qualificação da mão de obra e estimular os investimentos no turismo nacional.

Diante disso, observa-se que o papel do Estado vai além da simples promoção do turismo: ele deve garantir que os princípios do desenvolvimento sustentável sejam incorporados à atividade, assegurando que os benefícios do turismo sejam equitativamente distribuídos e que seus impactos sejam mitigados. Isso exige políticas públicas claras, articuladas e contínuas, com participação dos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e dos atores locais, reforçando a importância do arranjo institucional para o sucesso da política pública de turismo.

Quadro 1 - Funções do Estado no Turismo – Exemplos e Aplicações no Brasil.

Função do Estado	Descrição	Exemplos no Brasil
Planejamento e Ordenamento	Formulação de políticas públicas, planos diretores e estratégias de longo prazo.	- Plano Nacional de Turismo (2003-2007, 2013-2016, 2018-2022). - Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT, 1994).
Infraestrutura e Investimento	Provisão de infraestrutura básica (acessos, saneamento, sinalização, etc.).	- PAC do Turismo no Governo Lula. - Investimentos em acessibilidade nas cidades-sede da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.
Regulação e Normatização	Criação de normas para ordenar o setor, garantir segurança e padronizar serviços.	- Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008). - Cadastro obrigatório no Cadastur. - Normas da ABNT para meios de hospedagem.
Promoção e Marketing Turístico	Divulgação dos destinos nacionais em feiras, mídias e campanhas institucionais.	- Campanha "Brasil Sensational" no exterior. - Participação em feiras internacionais (FITUR, ITB Berlim, WTM Londres).
Fomento à Qualificação Profissional	Capacitação da mão de obra para atendimento turístico com qualidade.	- Programa Bem Receber Copa. - Cursos PRONATEC Turismo. - Parcerias com o SENAC/SENAI.
Preservação Cultural e Ambiental	Proteção dos patrimônios naturais e culturais vinculados ao turismo.	- Criação de Unidades de Conservação (ICMBio). - Incentivo ao turismo em áreas protegidas (Roteiros do Brasil). - Incentivo ao turismo indígena e rural.
Financiamento e Incentivo Econômico	Linhas de crédito e benefícios fiscais para empreendimentos turísticos.	- Linhas de crédito via BNDES ProCopa Turismo e FUNGETUR. - Incentivos fiscais estaduais para resorts e hotéis fazenda.
Articulação Intergovernamental	Coordenação entre União, estados e municípios para execução das políticas.	- Criação de instâncias de governança regionais (Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro). - Programas integrados com o MTur e prefeituras.
Participação Social e Governança	Inclusão da sociedade civil e do trade turístico nas decisões e gestão.	- Fóruns estaduais e municipais de turismo. - Conselhos municipais e estaduais de turismo (COMTUR).
Monitoramento e Avaliação	Coleta e análise de dados para medir resultados das políticas e orientar ajustes.	- Pesquisas do IBGE e do MTur. - Uso de indicadores como nº de visitantes, geração de empregos e impacto no PIB. - Sistema de Informações do Turismo (SITUR).

Fonte: Beni (2006), Dias (2003), Solha (2006), Cooper et al. (2001) e Ministério do Turismo (Brasil, 2023). Elaboração própria

Como destaca Alexandre (2003, p. 11), “o arranjo institucional é um dos elementos fundamentais para uma política pública de turismo bem-sucedida, pelo seu poder de afetar tanto na decisão da implementação das estratégias quanto no pessoal envolvido no processo”. Assim, o papel do Estado no turismo não deve ser estático, mas adaptável às demandas da sociedade e às transformações do setor, funcionando como garantidor dos direitos, facilitador do desenvolvimento e promotor da integração entre os diversos agentes turísticos.

2.2 Análise das Políticas de Turismo por Gestão Governamental.

A formulação e implementação de políticas públicas de turismo no Brasil refletem, de forma nítida, as prioridades e as orientações político-ideológicas dos distintos governos que estiveram à frente da administração pública federal. Cada gestão trouxe consigo diferentes visões de desenvolvimento, abordagens de planejamento e níveis de prioridade conferidos ao setor turístico. Nesse sentido, a

análise histórica e crítica das políticas de turismo por gestão governamental torna-se essencial para compreender os avanços, as lacunas e os desafios enfrentados pelo Brasil no processo de consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

O turismo, enquanto atividade econômica de caráter transversal, exige a articulação de múltiplos setores e níveis de governo, tornando indispensável o papel coordenador do Estado. A atuação estatal é fundamental tanto na criação de infraestrutura básica e turística quanto na promoção do destino e no estímulo ao investimento privado. Como destacam Cooper et al. (2001, p. 102), “a intervenção do Estado na atividade turística tem como principal objetivo potencializar os benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo turismo”, sendo que, devido à fragmentação da indústria turística, o setor privado, isoladamente, não é capaz de suprir todas as necessidades para o desenvolvimento sustentável da atividade.

As primeiras normatizações voltadas ao turismo no Brasil datam do final da década de 1930, com foco na regulamentação das agências de viagens. Segundo Bahia; Bolson; Pires (2004), em 1938, o Decreto-Lei nº 406 estabeleceu regras para a entrada de estrangeiros e a comercialização de passagens. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 2.440, de 1940, regulamentou o funcionamento das agências de turismo, refletindo o interesse do Estado em organizar o setor frente ao seu potencial econômico.

Na década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek impulsionou o turismo ao investir em infraestrutura e mobilidade. De acordo com Becker (1996), seus Projetos de Integração Nacional, alinhados à indústria automobilística e à construção de rodovias, favoreceram a formação de uma classe média com acesso a veículos particulares, ampliando a circulação interna e fomentando o mercado turístico nacional.

A institucionalização do turismo no Brasil ganhou força a partir de 1966, com a promulgação do Decreto-Lei nº 55, que criou o Plano Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). No final da década de 1960, também foi criada a Confederação Nacional do Turismo (CNTur), responsável por definir o Plano de Prioridade para Localização de Hotéis e o Plano Nacional de Turismo

(PLANTUR). Para Bahia, Bolson e Pires (2004), o Decreto-Lei nº 55/66 foi um marco ao fornecer instrumentos específicos para o setor, impulsionando o turismo no país.

Durante a década de 1960, os investimentos em infraestrutura urbana contribuíram para a ocupação e o desenvolvimento da zona costeira. Já nos anos 1970, o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) consolidou uma visão reformista, promovendo a concentração de atividades turísticas em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Cavalcanti e Hora (2002, p. 61), esse modelo atendeu a "novos interesses econômicos e funcionais ao processo de acumulação".

Nos anos 1980, com a redemocratização do país, houve uma significativa mudança no setor turístico, com a descentralização das ações da EMBRATUR e maior liberalização das atividades. O Decreto-Lei nº 2.294, de novembro de 1986, determinou a liberdade para o exercício de atividades turísticas, extinguindo a obrigatoriedade do registro e da classificação das empresas junto à EMBRATUR.

A partir da década de 1990, o governo federal retomou o turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico. Novas políticas, normas e programas foram implementados para expandir a oferta turística. Segundo Bahia; Bolson; Pires (2004), essa valorização decorreu de fatores como o crescimento do setor de serviços no cenário global, a atratividade natural do Brasil, a disponibilidade de capital estrangeiro e a atuação conjunta dos setores público e privado.

A partir da década de 1990, observa-se no Brasil uma maior institucionalização das políticas públicas de turismo, marcada por um discurso crescente de descentralização e gestão compartilhada. O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), lançado em 1994, simboliza essa transição ao delegar aos municípios o protagonismo no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, enquanto o governo federal assume papel orientador e articulador. De acordo com Beni (2006), essa proposta seguiu tanto o contexto político nacional da época, de descentralização das políticas sociais, quanto as diretrizes da Organização Mundial do Turismo (OMT), que defendiam o fortalecimento da gestão local.

Contudo, a descontinuidade administrativa tem sido um dos grandes entraves à consolidação de uma política pública de turismo eficaz e duradoura. A cada troca de governo, observa-se uma tendência à reformulação ou abandono de programas anteriores, o que compromete os resultados de longo prazo. Como observa Solha (2006, p. 90), “as preocupações de estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos”. Isso demonstra como o turismo ainda é, em muitos casos, tratado de forma secundária na agenda pública nacional.

Outro aspecto relevante diz respeito ao arranjo institucional. A criação do Ministério do Turismo, em 2003, representou um marco na valorização do setor pelo Estado brasileiro, permitindo maior capacidade de articulação intergovernamental, além de assegurar um orçamento específico para a área. Essa institucionalização reforça o entendimento de que o turismo deve ser planejado e gerido como uma política de Estado, com foco no desenvolvimento sustentável e na inclusão social, e não apenas como uma ação pontual ou complementar às demais políticas econômicas.

De acordo com Hall (2004), “a política de turismo é fortemente influenciada pelo contexto político e pelas ideologias dominantes em cada governo. Compreender esse contexto é essencial para avaliar a efetividade das ações implementadas e suas consequências para o desenvolvimento do setor”. Assim, é imprescindível observar como cada presidente da República, no período de 1990 a 2024, tratou o turismo dentro de seu programa de governo, analisando os planos implementados, os programas de incentivo, os investimentos realizados e os resultados obtidos.

Nos tópicos a seguir, será realizada uma análise detalhada das políticas públicas de turismo adotadas por cada gestão presidencial, considerando os principais instrumentos de planejamento, as mudanças institucionais, os discursos políticos e os impactos práticos dessas políticas na realidade turística nacional.

Antes de se destacar as intervenções públicas mais marcantes no setor turístico ao longo da década de 1990, é fundamental compreender o sentido mais amplo que essas ações acabaram por consolidar no processo de formulação das políticas públicas para o turismo no Brasil. Apesar da diversidade de medidas

implementadas, elas compartilhavam traços estruturais em comum, revelando diretrizes profundas que orientaram o desenvolvimento da atividade no país.

A trajetória do turismo nacional esteve vinculada, por um lado, a um projeto voltado ao “turismo estrangeiro” — ou seja, à captação e expansão da demanda internacional — e, por outro, a uma visão liberal de desenvolvimento socioeconômico, predominante no cenário político da década, mesmo com a atuação ativa do Estado no setor. Em sintonia com os princípios defendidos por organismos internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), as principais medidas adotadas buscaram superar os entraves percebidos ao desenvolvimento da atividade, especialmente no que diz respeito ao aumento do fluxo de turistas estrangeiros.

Essencialmente, os programas formulados durante esse período concentraram-se na criação de infraestrutura básica em localidades turísticas, na modernização do sistema de transportes, na qualificação da oferta hoteleira e no fortalecimento das estratégias de marketing internacional do país como destino turístico.

Diante desse panorama, a análise detalhada das políticas implementadas por cada presidente, entre 1990 e 2024, revelará não apenas a continuidade ou descontinuidade administrativa, mas também os diferentes modos como o turismo foi concebido como ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

2.2.1 Governo Collor (1990-1992).

De acordo com Giambiagi e Além (2011), o governo de Fernando Collor, primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura militar, iniciado em 15 de março de 1990, representou uma mudança significativa na política econômica brasileira. Sua gestão foi marcada pela adoção de uma agenda neoliberal, que priorizou reformas estruturais voltadas para a modernização e a abertura da economia, com destaque para a redução das barreiras tarifárias, a liberalização do comércio exterior e o início do processo de privatização de empresas estatais.

Becker (1996) aponta que, até a década de 1990, as políticas públicas de turismo passaram por diversas fases, predominantemente marcadas pela forte

centralização estatal. Contudo, foi durante o governo de Fernando Collor de Mello que ocorreram mudanças significativas na estrutura e condução da política nacional de turismo. Em 1991, foi implementada uma nova Política Nacional de Turismo (PNT), fundamentada na descentralização das ações do setor. Essa diretriz veio acompanhada da redefinição do papel da EMBRATUR, que deixou de exercer funções legislativas e executoras para atuar como coordenadora e indutora das atividades turísticas. O objetivo era ampliar a autonomia de estados e municípios e incorporar a iniciativa privada ao processo de formulação e execução de políticas públicas.

A descentralização do turismo foi impulsionada pela Constituição de 1988, que conferiu maior protagonismo aos entes subnacionais. No contexto do governo Collor, tais diretrizes foram operacionalizadas por meio do Plano Nacional de Turismo de 1991, que estabelecia metas para a diversificação da oferta turística e a desconcentração da infraestrutura – até então concentrada nas regiões Sul e Sudeste. De acordo com Lobato (2001), como estratégia prática, o plano propunha a criação de polos integrados de turismo em áreas com potencial pouco explorado, priorizando o desenvolvimento de infraestrutura básica, como estradas e aeroportos. Contudo, o único projeto efetivamente concretizado foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (PRODETUR-Nordeste), evidenciando as dificuldades na plena execução das diretrizes estabelecidas.

Entre os objetivos específicos da PNT destacavam-se: a democratização do acesso ao turismo nacional, com inclusão de diferentes segmentos sociais; a redução das disparidades regionais por meio da geração de empregos e melhor distribuição de renda; o aumento do fluxo turístico e dos gastos de visitantes estrangeiros por meio da ampliação da divulgação dos destinos nacionais; a diversificação dos pontos turísticos, com foco em regiões menos desenvolvidas; a ampliação dos serviços turísticos; o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais; e a implantação de equipamentos destinados à expressão cultural e ao prolongamento da permanência dos turistas. Em 1992, foi lançado o Plano Nacional de Turismo – Plantur, composto por sete programas voltados à implementação da política nacional. Apesar de apresentar ações detalhadas e uma estratégia mais consistente que as anteriores, o Plantur acabou não sendo implementado devido à instabilidade política daquele período.

No campo das políticas de modernização e abertura econômica, embora o governo Collor tenha promovido a redução de tarifas de importação e estimulado a competitividade, tais medidas não foram acompanhadas de uma articulação específica com o setor turístico. A criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1990, visava dinamizar setores estratégicos da economia, porém não envolveu diretamente o turismo em sua fase inicial (BNDES, 2002).

O país enfrentava uma hiperinflação acumulada de aproximadamente 2.947% ao ano em 1990, situação que levou à adoção do Plano Collor I – um conjunto de medidas de estabilização que incluiu o confisco de poupanças, o congelamento de preços e salários, e uma rígida política monetária contracionista, segundo Gianbiagi (2005). Embora essas medidas tenham conseguido conter a inflação, provocaram forte retração na atividade econômica. Dados do IBGE (2023) indicam que o PIB nacional recuou 4,3% em 1990, seguido de crescimentos modestos de 1,0% em 1991 e 0,5% em 1992.

No que se refere ao turismo, observa-se que o setor não foi uma prioridade da agenda econômica do governo Collor. Embora o turismo estivesse vinculado ao então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, não houve implementação de planos estruturantes ou investimentos significativos voltados à promoção do setor. De acordo com Oliveira (2014), a política econômica estava centrada na abertura comercial e nas privatizações, como o início do Programa Nacional de Desestatização (PND), deixando o turismo em segundo plano.

A atividade turística foi igualmente impactada. Conforme a Tabela 1, a receita com turismo internacional permaneceu praticamente estagnada: o país arrecadou aproximadamente US\$ 912 milhões em 1990, atingindo US\$ 986 milhões em 1992 BACEN (2023). Tais valores evidenciam a baixa capacidade de atração de visitantes internacionais, refletindo a ausência de campanhas promocionais eficazes, o impacto negativo da inflação e a instabilidade político-econômica.

Tabela 1 - Receita com Turismo Internacional no Brasil (1990–1992)

ANO	RECEITA (US\$ milhões)
1990	912
1991	950
1992	986

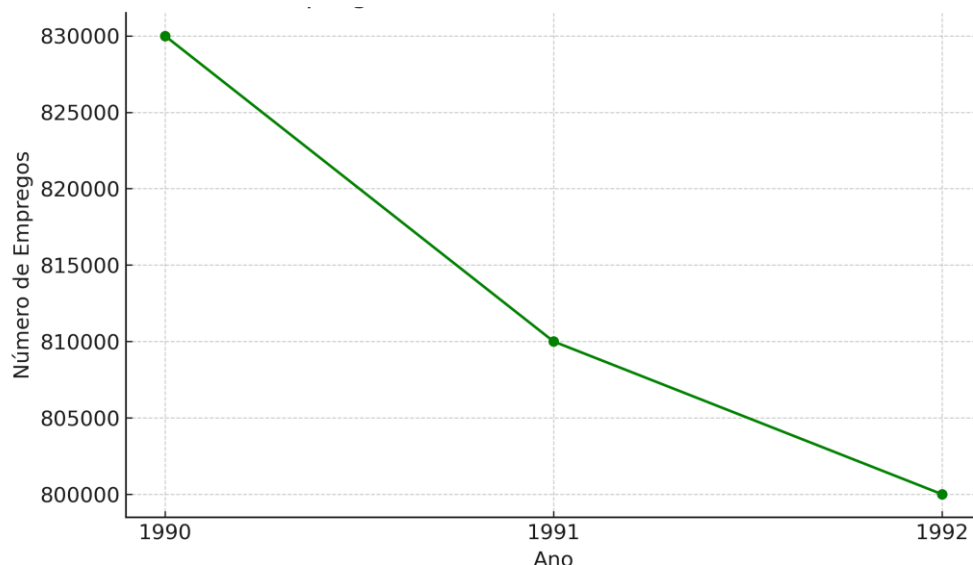
Fonte: Elaboração própria/Banco Central do Brasil (2023).

Outro ponto de análise é a Conta Satélite do Turismo (CST), um instrumento desenvolvido posteriormente para mensurar a contribuição econômica direta e indireta do setor. Durante o governo Collor, a inexistência de registros sistematizados e a limitada disponibilidade de dados dificultaram a mensuração precisa do impacto do turismo, mas estima-se que, mesmo com sua crescente importância, o setor não foi tratado como prioridade.

Quanto ao emprego no setor de turismo, os dados da época indicam que o setor empregava cerca de 830 mil pessoas em 1990, representando cerca de 1,7% da população ocupada no país (IPEA, 2022). No entanto, o aumento do desemprego no setor de serviços, consequência direta da recessão, afetou negativamente essas ocupações, especialmente no turismo doméstico, que depende da renda disponível da população. A informalidade no setor também era elevada, dificultando a mensuração precisa do impacto.

O Gráfico 1, apresenta a evolução do número de empregos no setor de turismo durante o governo Collor (1990–1992). Observa-se uma tendência de queda no período, com estimativas indicando cerca de 830 mil empregos em 1990, 810 mil em 1991 e 800 mil em 1992. Essa redução reflete o impacto da recessão econômica e da ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do turismo, resultando em menor atividade do setor e aumento da informalidade. Vale destacar que os dados são estimativos, já que não existia na época um sistema de mensuração específica para o turismo como a atual Conta Satélite do Turismo (CST).

Gráfico 1 – Emprego no Setor de Turismo no Brasil (1990–1992)



Fonte: Elaboração própria/IPEA (2022), IBGE.

A desigualdade de renda manteve-se elevada durante o início da década de 1990. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Gini — que varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade extrema) — permaneceu acima de 0,60 entre 1990 e 1992, indicando um dos maiores níveis de desigualdade da América Latina. Em 1990, o índice foi de 0,611, subindo para 0,621 em 1991 e 0,625 em 1992 (IPEA, 2023), demonstrando que as políticas econômicas adotadas não tiveram impacto redistributivo positivo.

Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional, refletindo a desigualdade socioeconômica. Na Tabela 2, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 1991, o IDH médio nacional era de 0,612, enquanto estados turísticos importantes como Bahia (0,545), Ceará (0,518) e Rio de Janeiro (0,646) registravam índices que indicavam desafios significativos em educação, saúde e renda (PNUD, 2013).

Tabela 2 - IDH: Estados Selecionados - 1991

Estado	IDH
Brasil (média)	0,612
Bahia	0,545
Ceará	0,518
Rio de Janeiro	0,646

Fonte: Elaboração própria/PNUD (2013).

Além disso, não foram realizados investimentos relevantes em infraestrutura turística, tampouco houve iniciativas de qualificação profissional no setor ou criação de linhas de crédito específicas para empreendimentos turísticos. A imagem internacional do Brasil foi enfraquecida, não apenas pela instabilidade econômica, mas também pelo agravamento da crise política que culminou no impeachment de Fernando Collor em 1992, após denúncias de corrupção.

Dessa forma, pode-se afirmar que, entre 1990 e 1992, as políticas públicas voltadas ao turismo foram limitadas ou inexistentes, e os efeitos sobre o desenvolvimento econômico nacional foram praticamente nulos. O cenário de instabilidade macroeconômica e a ausência de diretrizes específicas para o setor impediram que o turismo se consolidasse como vetor estratégico de crescimento durante esse período.

2.2.2 Governo Itamar Franco (1992-1994).

O governo de Itamar Franco (1992–1994) foi um período de transição política e de recuperação institucional, marcado por esforços para estabilizar a economia brasileira e retomar a confiança nas instituições democráticas. Embora o turismo não tenha sido o eixo central das políticas públicas do período, houve importantes avanços institucionais e continuidade de programas que impactaram diretamente o setor.

Um dos principais marcos foi a promulgação da Lei nº 8.623/1993, que regulamentou a profissão de guia de turismo no Brasil. Essa legislação estabeleceu critérios técnicos e éticos para o exercício da profissão, representando um avanço na

qualificação e na profissionalização dos serviços turísticos oferecidos no país (BRASIL, 1993).

Ainda no campo das políticas públicas, destaca-se a continuidade do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), criado com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o BID (1995), o programa visava expandir e modernizar a infraestrutura turística da região, com o objetivo de promover a integração regional e a redução das disparidades socioeconômicas.

Durante o governo Itamar, segundo Cruz (2000), o PRODETUR-NE iniciou efetivamente sua fase operacional, com investimentos em 47 municípios distribuídos por nove estados nordestinos. As ações incluíram a requalificação de rodovias, modernização de aeroportos regionais, obras de saneamento básico e capacitação profissional para trabalhadores do setor turístico, além do estímulo ao planejamento local das atividades turísticas;

Outro aspecto importante foi a atuação da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), que, mesmo sem status ministerial, teve papel fundamental na formulação e coordenação das políticas de turismo. De acordo com Oliveira (2014), a instituição concentrou seus esforços na promoção internacional dos destinos brasileiros, participando de feiras e eventos em países estratégicos da Europa e América do Norte, com o intuito de ampliar o fluxo de turistas estrangeiros ao Brasil. Internamente, a EMBRATUR também promoveu campanhas para o fortalecimento do turismo interno, com foco na valorização do patrimônio histórico-cultural e em destinos com potencial inexplorado, como cidades do interior de Minas Gerais, Goiás e Bahia.

No cenário econômico, o Brasil enfrentava taxas elevadas de inflação. Segundo Giambiagi & Além (2011), em 1993, a inflação acumulada foi de 1.191,09% ao ano, o que comprometia a capacidade de planejamento e consumo da população. Para enfrentar esse quadro, foi lançado o Plano Real, cuja primeira fase foi estruturada ainda durante o governo de Itamar Franco, em 1994. A implantação do plano permitiu a redução da inflação para 22,41% ao final daquele ano, marcando o início de um novo ciclo econômico no país.

Brasil passou por um período de forte instabilidade econômica, seguido de início de recuperação com o lançamento do Plano Real.

Em relação aos indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro apresentou melhora no período. Em 1991, o IDH era de 0,683 e passou para 0,696 em 1995, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1995). Esse avanço está relacionado a políticas de educação, saúde e renda, ainda que os níveis de desigualdade regional permanecessem elevados. No tocante à desigualdade de renda, o Índice de Gini manteve-se elevado ao longo do governo Itamar Franco. Segundo o IPEA (2023), o índice foi de 0,625 em 1992, 0,628 em 1993 e 0,631 em 1994. Esses valores evidenciam que, apesar dos avanços institucionais e das medidas de estabilização econômica, a concentração de renda permaneceu como um dos principais desafios estruturais do país.

Quanto ao mercado de trabalho e à participação econômica do setor turístico, não há dados oficiais consolidados exclusivamente para os anos de 1992 a 1994. No entanto, segundo estimativas posteriores do Ministério do Turismo (2006) e Santos et al. (2018), em 1995 — ano imediatamente seguinte à gestão de Itamar Franco — o turismo já representava cerca de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Isso indica que, mesmo com limitações orçamentárias e institucionais, o setor vinha se consolidando como importante vetor econômico, especialmente em regiões que receberam investimentos do PRODETUR-NE. A geração de empregos também foi significativa, embora marcada por elevada informalidade no período.

Em relação à receita cambial turística, o Brasil arrecadou cerca de US\$ 972 milhões em 1995 com a entrada de turistas estrangeiros, sinalizando o crescimento gradual da atividade internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006). No tocante às chegadas internacionais de turistas, dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2002) indicam que o Brasil recebeu cerca de 2,5 milhões de turistas estrangeiros em 1994, número que reforça o impacto das políticas de promoção externa realizadas pela EMBRATUR e a recuperação da confiança internacional no país após o início da estabilização econômica.

Em síntese, o governo Itamar Franco consolidou políticas de descentralização e profissionalização do turismo iniciadas na gestão anterior. A continuidade e a

execução do PRODETUR-NE, bem como a atuação estratégica da EMBRATUR, foram fundamentais para manter o setor ativo mesmo diante das limitações orçamentárias. A profissionalização da atividade, aliada à estabilização econômica iniciada com o Plano Real, contribuiu para criar um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento do turismo brasileiro.

2.2.3 Governo FHC (1995-2002).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se estendeu de 1995 a 2002, foi marcado pela consolidação do Plano Real e por reformas estruturais que buscaram modernizar a economia brasileira. No campo do turismo, esse período representou um avanço significativo na institucionalização de políticas públicas voltadas ao setor, além de melhorias na infraestrutura e na promoção internacional do Brasil como destino turístico.

Segundo Giambiagi & Além (2011), no início do mandato, a política econômica era fortemente centrada na estabilidade monetária, na atração de investimentos estrangeiros e na abertura comercial. Essas diretrizes, associadas ao controle da inflação e à estabilização da moeda, criaram um ambiente macroeconômico mais previsível, fundamental para o crescimento de setores como o turismo, que dependem da confiança dos consumidores e investidores.

Apesar da ausência de um ministério exclusivo para o turismo — que só seria criado em 2003 —, o governo FHC promoveu importantes iniciativas por meio da EMBRATUR e do Ministério do Esporte e Turismo. Entre os destaques institucionais está a criação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2000–2003, elaborado com o objetivo de transformar o turismo em vetor de desenvolvimento econômico, social e regional, com foco na descentralização, sustentabilidade e aumento da competitividade (EMBRATUR, 2000).

O plano previa ações estratégicas como: ampliação da infraestrutura turística, capacitação de mão de obra, promoção internacional de destinos, modernização da gestão pública e parcerias com o setor privado. Nesse contexto, foram fortalecidos mecanismos de cooperação entre a União, estados e municípios por meio do

Programa de Regionalização do Turismo, voltado à organização dos destinos em polos e roteiros integrados.

Outro aspecto relevante, segundo Miranda (2006), foi o avanço do Programa Nacional de Desestatização, que influenciou diretamente o setor de transportes. A privatização de empresas como a VARIG (embora o processo tenha sido finalizado apenas em 2005) e a concessão de serviços aeroportuários geridos pela INFRAERO contribuíram para o aumento da competitividade e melhoria dos serviços aéreos. Houve também forte incentivo à ampliação da malha aérea regional, com criação de rotas para cidades com potencial turístico ainda inexplorado, como Lençóis (BA), Bonito (MS) e Fernando de Noronha (PE), facilitando o acesso a destinos fora do eixo tradicional Rio-São Paulo.

Esse processo foi acompanhado por investimentos em infraestrutura rodoviária e aeroportuária por meio de parcerias com o setor privado e financiamentos internacionais. Essas melhorias logísticas ampliaram a circulação de turistas nacionais e internacionais, além de reduzir o custo de transporte em regiões anteriormente isoladas.

A promoção do Brasil como destino turístico ganhou força. A atuação da EMBRATUR em feiras internacionais e a criação de campanhas como o "Brasil, Sensacional!" contribuíram para o crescimento do fluxo de visitantes estrangeiros. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2002), o número de chegadas internacionais ao Brasil aumentou de 2,7 milhões em 1995 para 3,8 milhões em 2002, representando um crescimento de 40% no período.

O turismo passou a ter maior relevância na economia brasileira, de acordo com Santos et al (2018), representando 3,2% do PIB nacional em 1995 e chegando a aproximadamente 3,5% em 2002 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006). Em termos de empregos, estimativas indicam que o setor gerava entre 5 e 6 milhões de empregos diretos e indiretos no final do governo FHC, sendo uma das atividades com maior capacidade de absorção de mão de obra.

A receita cambial turística também apresentou trajetória ascendente, embora em ritmo moderado. Em 1995, o Brasil arrecadou aproximadamente R\$ 891,3 milhões

com o turismo internacional, valor que aumentou para cerca de R\$ 4,96 bilhões em 2002 (BACEN, 2023). Essa evolução reflete tanto a maior visibilidade internacional do Brasil quanto o ambiente de confiança econômica, proporcionado pela relativa estabilidade monetária alcançada ao longo do período.

No plano macroeconômico, o Brasil apresentou crescimento real médio do PIB de 2,4% ao ano entre 1995 e 2002. Contudo, o PIB per capita em dólares sofreu redução, passando de cerca de US\$ 4.420 em 1995 para US\$ 3.000 em 2002, em grande parte devido à forte desvalorização do real após o fim do regime de câmbio fixo em 1999 (IBGE, 2023; FMI, 2023).

No plano social, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro teve evolução relevante. Em 1995, o IDH era de 0,696, e subiu para 0,755 em 2002, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003). O aumento reflete avanços em áreas como educação e saúde, impulsionados por programas sociais como o Bolsa Escola (criado em 2001), que influenciaram positivamente regiões turísticas com menor IDH.

Por outro lado, o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, permaneceu elevado durante todo o período. Em 1995, o índice era de 0,596 e, em 2002, estava em 0,589, revelando uma leve melhora, mas ainda indicando uma distribuição de renda bastante desigual (IBGE, 2023). Essa desigualdade afetava o potencial de expansão do turismo doméstico, já que grande parte da população ainda não tinha renda suficiente para viajar.

Durante o governo FHC, o turismo passou a ocupar um espaço mais estratégico na agenda de desenvolvimento nacional. A criação de planos nacionais, a ampliação da malha aérea, os investimentos em infraestrutura e a promoção internacional contribuíram para consolidar a atividade como vetor relevante de geração de renda e emprego. No entanto, a ausência de um ministério próprio e a falta de articulação interministerial limitaram o alcance de algumas políticas. Ainda assim, a combinação de estabilidade macroeconômica, profissionalização institucional e incremento dos indicadores sociais criaram as bases para a valorização do turismo nas gestões subsequentes.

2.2.4 Governo Lula (2003-2010)

Durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, o turismo passou a ser tratado como um dos vetores estratégicos do desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com Brito & Loureiro (2012), essa mudança de perspectiva esteve alinhada ao contexto de crescimento econômico, valorização de políticas sociais e combate às desigualdades regionais. O setor foi reconhecido por seu potencial de gerar emprego, dinamizar economias locais e promover a inclusão de populações historicamente marginalizadas.

Uma das primeiras medidas simbólicas e estruturais foi a criação do Ministério do Turismo, em 2003, por meio da Medida Provisória nº 103, convertida na Lei nº 10.683/2003. Essa institucionalização representou um marco para o setor, conferindo-lhe autonomia administrativa, orçamentária e política. A nova pasta assumiu a formulação e a coordenação da Política Nacional de Turismo, articulando-se com outros ministérios, como os da Cultura, Cidades, Transportes e Desenvolvimento Social (BRASIL, 2003).

O governo Lula implementou políticas públicas que posicionaram o turismo como um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003 foi um marco nesse processo, consolidando a gestão do setor em nível federal e promovendo iniciativas voltadas para a infraestrutura, qualificação profissional e promoção internacional do país como destino turístico.

O Plano Nacional de Turismo 2003–2007, elaborado pelo novo ministério, visava transformar o turismo em uma alavanca do desenvolvimento sustentável. Entre suas metas estavam a geração de 1,2 milhão de empregos formais e a promoção de uma política de regionalização do turismo, valorizando a diversidade cultural e ambiental do território nacional (MTur, 2003). Segundo Castro & Barbosa (2013), essa política se materializou por meio do programa “Roteiros do Brasil”, voltado à estruturação de destinos em áreas com baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Durante esse período, o Brasil vivenciou expressiva expansão econômica. De acordo com o Banco Mundial (2023), o PIB total saltou de aproximadamente US\$ 558 bilhões em 2003 para US\$ 2,2 trilhões em 2010. Já o PIB per capita cresceu de US\$ 3.100 para US\$ 11.600, impulsionado pela valorização do Real e pelo crescimento da renda média. Essa melhoria das condições econômicas refletiu-se também na queda do Índice de Gini, que mede a desigualdade: de 0,579 em 2003 para 0,539 em 2010 (IPEA, 2023), indicando avanço na redistribuição de renda.

A Receita Cambial Turística, indicador que mensura os gastos de estrangeiros no país, quase triplicou entre 2003 e 2010, passando de US\$ 2,48 bilhões para US\$ 5,91 bilhões (BACEN, 2023). Esse crescimento foi estimulado por ações da EMBRATUR, como a campanha internacional “Brasil Sensacional”, além da ampliação da malha aérea e investimentos em infraestrutura. Em relação à participação do turismo no PIB nacional, dados da Conta Satélite do Turismo (IBGE, 2022) indicam que o setor respondeu por cerca de 3,2% do PIB em 2003, chegando a 3,6% em 2010. Embora ainda modesta, essa participação evidenciou o fortalecimento do setor e sua interligação com atividades como transporte, alimentação, hospedagem e lazer (CNC, 2020).

A qualificação profissional também recebeu atenção especial. Programas foram implementados para capacitar a mão de obra do setor, elevando a qualidade dos serviços prestados e contribuindo para a formalização do emprego no turismo. Além disso, políticas de incentivo ao turismo sustentável foram desenvolvidas, promovendo a preservação dos recursos naturais e culturais e fomentando destinos ecoturísticos.

Os resultados dessas políticas foram expressivos. O número de chegadas internacionais ao Brasil aumentou de 4,8 milhões em 2002 para 5,1 milhões em 2003, refletindo uma tendência de crescimento que se consolidou nos anos seguintes.

Outro avanço relevante foi no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo o PNUD (2013), o IDH do Brasil passou de 0,683 em 2003 para 0,727 em 2010, refletindo melhorias em saúde, educação e renda. Estados com forte vocação turística, como Bahia, Pernambuco e Ceará, também registraram avanços, impulsionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que financiou

obras em infraestrutura e mobilidade urbana, e pelos programas de capacitação profissional, como o Bem Receber Copa (BRASIL, 2010).

O período também foi marcado pela intensificação do turismo doméstico, impulsionado pela ascensão das classes C e D ao mercado de consumo. Segundo o IBGE (2011), houve aumento de cerca de 88% no volume de viagens domésticas entre 2003 e 2010. Isso contribuiu para a dinamização de destinos nacionais e para a interiorização do turismo.

Em síntese, as políticas públicas implementadas durante o governo Lula promoveram uma transformação significativa no setor turístico brasileiro, integrando-o às estratégias de desenvolvimento econômico e social, reduzindo desigualdades regionais e sociais, e consolidando o Brasil como um destino turístico de destaque no cenário internacional. Entre 2003 e 2010, o turismo foi alçado a uma posição estratégica na agenda governamental. Com a criação de um ministério próprio, políticas de regionalização, aumento do investimento público e crescimento da demanda interna e externa, o setor passou a desempenhar papel relevante na redução das desigualdades, no desenvolvimento regional e na ampliação das oportunidades de emprego e renda. Como afirmam Dias e Cassar (2014), o governo Lula transformou o turismo em uma ferramenta efetiva de inclusão social e desenvolvimento territorial integrado.

2.2.5 Governo Dilma (2011-2016)

O governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, sucedeu a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, mantendo o foco em políticas de inclusão social e desenvolvimento econômico. Contudo, enfrentou desafios significativos, como a desaceleração econômica global, queda nos preços das commodities e instabilidades políticas internas, que culminaram em um processo de impeachment em 2016.

Durante os dois mandatos de Dilma Rousseff, o turismo manteve-se como um setor estratégico dentro da agenda de desenvolvimento econômico e social, ainda que marcado por um contexto de instabilidade econômica e política. A presidente, que assumiu o governo em 2011 como sucessora direta de Luiz Inácio Lula da Silva,

buscou manter a linha de políticas públicas voltadas à inclusão social, fortalecimento da infraestrutura nacional e promoção do desenvolvimento regional, inclusive por meio do turismo. Sua gestão coincidiu com a realização de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, que exigiram investimentos expressivos em infraestrutura e mobilidade urbana, com repercussões diretas sobre o setor turístico. Nesse período, o Ministério do Turismo, em consonância com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), direcionou mais de R\$ 3 bilhões a projetos de infraestrutura turística, beneficiando cerca de 1.800 municípios em todo o país, com obras de qualificação de espaços públicos, sinalização, acessibilidade e requalificação de áreas centrais e históricas (BRASIL, 2014).

Entre as principais ações implementadas esteve a continuidade do Programa de Regionalização do Turismo, com ênfase na integração de roteiros intermunicipais, a valorização de destinos emergentes e a consolidação de arranjos produtivos locais voltados à atividade turística. Também merece destaque o incentivo ao turismo de base comunitária, que visava incluir comunidades tradicionais e indígenas no processo de desenvolvimento do setor, promovendo geração de renda e sustentabilidade ambiental (BRITO; LOUREIRO, 2016). No entanto, os avanços institucionais foram gradualmente comprometidos pela deterioração do ambiente macroeconômico, especialmente a partir de 2014, quando o país entrou em recessão técnica.

As causas dessa crise foram múltiplas: queda nos preços internacionais das commodities, retração da atividade industrial, desconfiança dos agentes econômicos quanto à condução da política fiscal e, sobretudo, um cenário de forte instabilidade política que culminou no afastamento da presidente em 2016.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por sua vez, evoluiu de 0,727 em 2010 para 0,754 em 2015, mantendo-se na faixa de alto desenvolvimento humano, refletindo avanços em educação, longevidade e renda (PNUD, 2016).

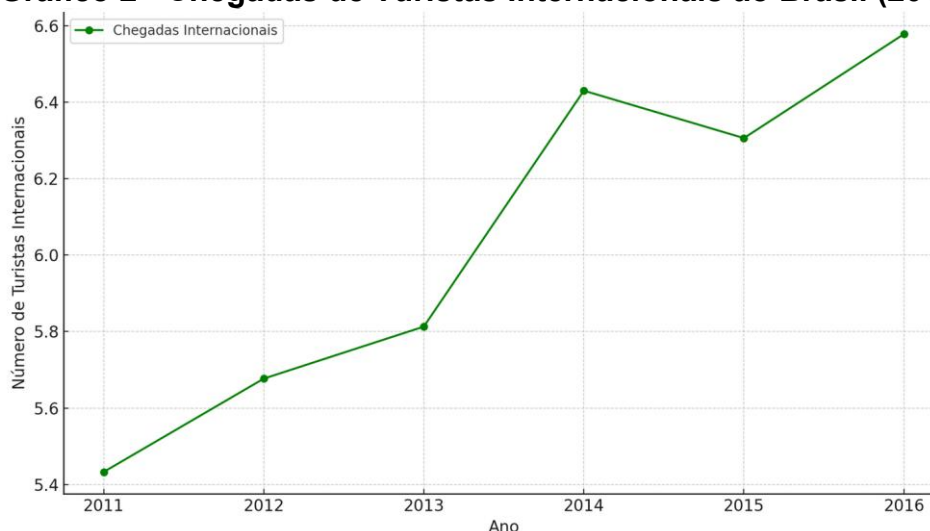
Já o Índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, apresentou relativa melhora até 2014, passando de 0,527 em 2011 para 0,513, mas

voltou a crescer em 2015, alcançando 0,519, sinalizando o início de uma reversão nos ganhos sociais obtidos anteriormente (IPEA, 2016).

No setor turístico, os investimentos e a visibilidade internacional proporcionada pelos megaeventos produziram impactos positivos, ainda que temporários.

O Gráfico 2, apresenta o volume de chegadas internacionais no Brasil nesse período, em 2014, o Brasil registrou a chegada de mais de 6,4 milhões de turistas internacionais, um recorde histórico impulsionado pela Copa do Mundo (EMBRATUR, 2015). A receita cambial turística também teve desempenho significativo: em 2011, foi de US\$ 6,7 bilhões, alcançando US\$ 6,9 bilhões em 2014, mas com queda nos anos seguintes, refletindo o enfraquecimento da economia e a perda de atratividade do país como destino turístico (BACEN, 2024). No que diz respeito à contribuição direta do turismo para a economia, dados do Ministério do Turismo apontam que, em 2011, o setor respondeu por cerca de R\$ 127 bilhões, representando 3,6% do PIB nacional. Embora esse percentual tenha oscilado ao longo dos anos seguintes, o turismo manteve-se como importante gerador de emprego e renda, especialmente em regiões com vocação para o turismo doméstico (BRASIL, 2012).

Gráfico 2 - Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil (2011–2016)



Fonte: Elaboração própria/Ministério do Turismo e Organização Mundial do Turismo (OMT)/2024.

Portanto, ainda que o governo Dilma Rousseff tenha dado continuidade a programas estruturantes e apostado na consolidação do turismo como política pública integrada ao desenvolvimento regional, os efeitos da crise econômica, somados às

turbulências políticas, limitaram a plena realização de muitas dessas iniciativas. Apesar disso, o período deixou como legado avanços relevantes na infraestrutura turística, maior articulação federativa e fortalecimento de destinos alternativos, contribuindo para o reposicionamento estratégico do setor no Brasil.

2.2.6 Governo Temer (2016-2018)

Michel Temer assumiu a presidência da República em 31 de agosto de 2016, após o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Seu governo foi marcado por um perfil técnico e reformista, focado na estabilização fiscal e na recuperação da confiança do mercado, após o aprofundamento da crise econômica e política que assolou o país entre 2014 e 2016. Nesse contexto, o turismo foi reconhecido como uma das áreas estratégicas para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos, sendo incluído no rol de prioridades do governo federal.

Uma das principais ações promovidas foi o lançamento do programa “Brasil + Turismo”, em 2017, uma iniciativa do Ministério do Turismo voltada à modernização da legislação, à desburocratização de processos e à ampliação da conectividade aérea. Entre as medidas implementadas, destaca-se a autorização da participação de até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras, por meio da Medida Provisória nº 863/2018. A proposta visava ampliar a concorrência no setor aéreo, reduzir custos operacionais e, conseqüentemente, o preço final das passagens, incentivando a circulação de turistas dentro do país (BRASIL, 2018).

Outra política de impacto foi a implantação do visto eletrônico para turistas de países estratégicos, como Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. A medida visava facilitar o processo de entrada de visitantes internacionais, agilizando os trâmites burocráticos e tornando o Brasil um destino mais atrativo. Segundo dados do Ministério do Turismo, a adoção do visto eletrônico resultou em crescimento de mais de 35% nas emissões de vistos para brasileiros em 2018, comparado ao ano anterior (MTur, 2019).

Ainda durante o governo Temer, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018–2022, que estruturou as políticas públicas voltadas ao setor com base em cinco eixos estratégicos: ordenamento, gestão e monitoramento; estruturação de destinos; qualificação profissional; incentivo ao turismo responsável e sustentável; e marketing e apoio à comercialização. O plano enfatizava a importância da regionalização do turismo, o fomento a destinos emergentes e a ampliação da infraestrutura turística, especialmente em municípios com vocação para o setor (BRASIL, 2018).

Portanto, o período de governo de Michel Temer foi caracterizado por iniciativas voltadas à recuperação econômica e modernização institucional. No campo do turismo, as ações implementadas apontaram para uma tentativa de reposicionar o setor como vetor de desenvolvimento, por meio de políticas de liberalização econômica, atração de investimentos e desburocratização. Embora o tempo de gestão tenha sido curto, as medidas adotadas lançaram bases importantes para a reestruturação e fortalecimento do turismo nacional.

Em 2016, o país recebeu aproximadamente 6,578 milhões de turistas internacionais, um aumento em relação aos 6,306 milhões registrados em 2015. Esse crescimento foi impulsionado, em parte, pelos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro. Em 2017, as chegadas internacionais mantiveram-se estáveis, com cerca de 6,589 milhões de visitantes, e em 2018, houve um leve aumento para 6,621 milhões. Esses números refletem os esforços do governo em promover o Brasil como destino turístico, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país.

A receita cambial gerada pelo turismo também apresentou variações durante esse período. Em 2016, os turistas estrangeiros gastaram aproximadamente US\$ 6,024 bilhões no Brasil, representando um aumento de 3% em relação ao ano anterior. No entanto, em 2017, essa receita caiu para US\$ 5,809 bilhões, indicando uma retração no consumo dos visitantes internacionais. Em 2018, houve uma recuperação parcial, com a receita cambial atingindo US\$ 5,921 bilhões. Essas flutuações refletem a sensibilidade do setor turístico às condições econômicas globais e à competitividade do Brasil como destino.

No que diz respeito à desigualdade de renda, o Índice de Gini, que mede a concentração de renda no país, apresentou uma tendência de aumento durante o governo Temer. Em 2016, o índice foi de 0,537, subindo para 0,545 em 2018. Esse aumento indica um crescimento na desigualdade de renda, refletindo os desafios sociais enfrentados pelo país durante o período de recuperação econômica. Em resumo, o governo de Michel Temer implementou medidas para estimular o setor de turismo, resultando em um crescimento modesto nas chegadas internacionais e variações na receita cambial. No entanto, o aumento da desigualdade de renda, evidenciado pelo Índice de Gini, destaca a complexidade dos desafios econômicos e sociais enfrentados pelo Brasil durante esse período.

2.2.7 Governo Bolsonaro (2019-2022)

O governo de Jair Bolsonaro teve início em 1º de janeiro de 2019, marcado por uma orientação liberal na economia, sob liderança do então ministro da Economia Paulo Guedes, e por uma agenda política voltada à redução do papel do Estado na atividade econômica. Desde o início de sua gestão, foram anunciadas medidas de desburocratização, estímulo ao investimento privado e revisão de políticas públicas setoriais. No entanto, a trajetória do governo foi profundamente impactada pela eclosão da pandemia de COVID-19, a partir de março de 2020, que alterou significativamente os rumos da política econômica e os resultados de diversos setores, inclusive o turismo.

Entre as principais ações voltadas ao setor turístico, destaca-se o lançamento do programa “Investe Turismo”, promovido pelo Ministério do Turismo em parceria com o Sebrae e a Embratur, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de rotas turísticas estratégicas por meio da integração entre setor público e privado. De acordo com o Ministério do Turismo (2020), o programa foi implantado em 158 municípios e priorizou 30 rotas com potencial para gerar empregos e movimentar a economia local. Outra medida relevante foi a sanção da Lei nº 14.002/2020, que autorizou o repasse emergencial de R\$ 5 bilhões ao setor de turismo por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), com o intuito de mitigar os impactos da pandemia sobre pequenas e médias empresas do setor (BRASIL, 2020).

A crise sanitária provocada pela COVID-19 afetou gravemente o setor turístico nacional e internacional. Como afirmam Farias e Silva (2021), o turismo foi um dos segmentos econômicos mais afetados pela pandemia, em razão das restrições de mobilidade, cancelamentos de voos e fechamento de fronteiras. Em 2019, o Brasil havia recebido 6,3 milhões de turistas internacionais. No entanto, esse número despencou para 2,1 milhões em 2020, e caiu ainda mais para apenas 745 mil em 2021. Em 2022, houve uma recuperação parcial, com 3,63 milhões de turistas estrangeiros ingressando no país, o que ainda representava uma retração de aproximadamente 43% em relação aos níveis pré-pandêmicos (PANROTAS, 2023).

A receita cambial gerada pelo turismo acompanhou essa tendência. Segundo dados do Banco Central do Brasil, os gastos de turistas estrangeiros em território nacional totalizaram US\$ 5,9 bilhões em 2019. Em 2020, esse montante caiu para US\$ 1,9 bilhão. Houve uma recuperação modesta em 2021, com US\$ 2,9 bilhões, e, em 2022, a receita alcançou US\$ 3,6 bilhões (EMBRATUR, 2023).

No que tange à desigualdade de renda, o Índice de Gini registrou variações relevantes no período. Em 2019, o índice foi de 0,543. Com o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia, o índice caiu para 0,524 em 2020, evidenciando o impacto da política de transferência de renda sobre a desigualdade social. Em 2021, o Gini subiu novamente para 0,544, mas voltou a cair em 2022, atingindo 0,518, o menor valor desde 2012 (IBGE, 2023). Segundo Barros et al. (2022), esse movimento reforça o papel das políticas públicas na mitigação das desigualdades, sobretudo em contextos de crise.

Em síntese, o governo Jair Bolsonaro enfrentou um dos períodos mais desafiadores da história recente do país. Embora tenha adotado medidas pontuais para apoiar o setor turístico e estabilizar a economia, os impactos da pandemia foram profundos, especialmente sobre atividades que dependem diretamente da circulação de pessoas. Ainda assim, os anos de 2021 e 2022 demonstraram capacidade de recuperação, com melhora nos indicadores econômicos e tímido avanço na reestruturação do setor de turismo, cujos efeitos, no entanto, ainda se mostravam limitados ao final do seu mandato.

CAPÍTULO 3 – COMPARAÇÃO E IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS PARA O TURISMO BRASILEIRO.

A análise dos indicadores econômicos é fundamental para compreender os efeitos concretos das políticas públicas voltadas ao turismo no Brasil ao longo das diferentes gestões governamentais. Por se tratar de um setor transversal, o turismo impacta e é impactado por variáveis macroeconômicas, sociais e institucionais. Dessa forma, a mensuração de resultados por meio de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini, Receita Cambial Turística, Empregos formais no turismo, entre outros, permite avaliar em que medida as estratégias adotadas contribuíram para o desenvolvimento sustentável do setor e para a melhoria das condições socioeconômicas do país.

Este capítulo tem como objetivo correlacionar os dados econômicos com as principais ações governamentais de fomento ao turismo no Brasil entre 1990 e 2022. Através da consolidação e interpretação de séries históricas e de fontes institucionais confiáveis, como IBGE, IPEA, MTur, WTTC, PNUD e Banco Mundial, busca-se demonstrar os avanços, estagnações e retrocessos enfrentados pelo setor ao longo das últimas décadas.

A abordagem adotada será predominantemente analítica e comparativa, organizando os dados em ordem cronológica para possibilitar uma leitura clara da evolução dos indicadores, ao mesmo tempo em que se relaciona os resultados obtidos às decisões e prioridades políticas estabelecidas por cada governo. Espera-se, com isso, oferecer uma base empírica sólida para a compreensão do papel do turismo como estratégia de desenvolvimento econômico e social no Brasil contemporâneo.

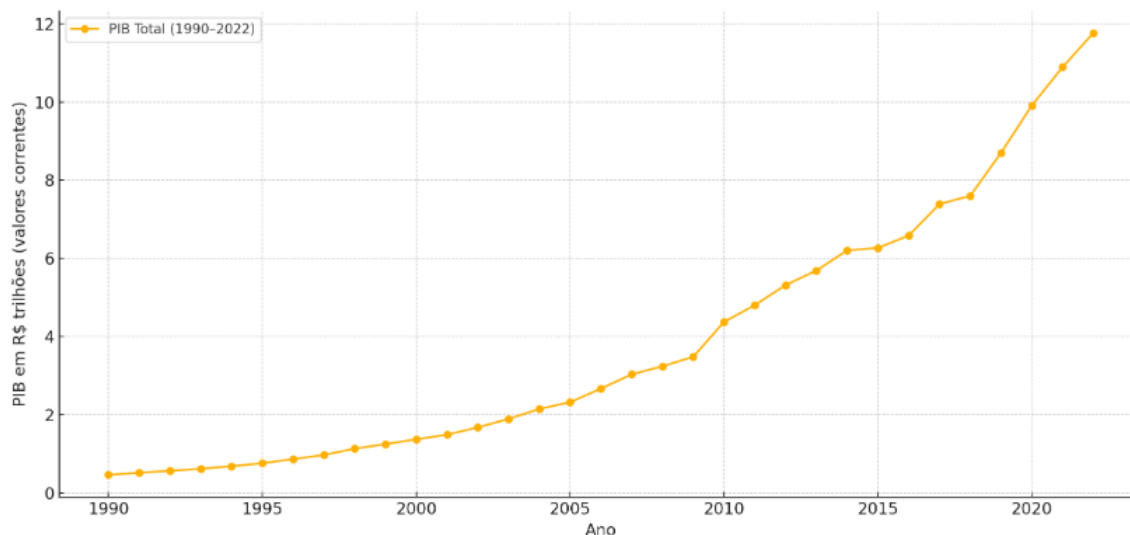
3.1 - Indicadores Econômicos e os Resultados das Políticas Governamentais.

Ao longo do período de 1990 a 2022, o Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que se refletiram diretamente na performance dos indicadores macroeconômicos e do setor turístico.

O Gráfico 3 apresenta, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou

evolução significativa entre 1990 e 2022, passando de R\$ 460 bilhões (em valores correntes de 1990) para mais de R\$ 9 trilhões em 2022 (IBGE, 2023).

Gráfico 3 - Evolução do PIB Total nominal do Brasil (1990–2022)³



Fonte: Elaboração própria/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023) e Banco Mundial – World Bank (2023).

A análise do PIB Total brasileiro entre 1990 e 2022 revela oscilações significativas associadas a contextos macroeconômicos, crises institucionais, políticas fiscais e, de maneira relevante, à evolução das políticas públicas voltadas ao turismo. Embora o turismo represente uma parcela relativamente pequena do PIB nacional em termos absolutos, sua contribuição indireta à economia é expressiva, especialmente pela geração de emprego, arrecadação fiscal e estímulo ao desenvolvimento regional.

Nos anos 1990, a participação do turismo no crescimento do PIB foi tímida, reflexo da ausência de um planejamento sistêmico para o setor e de um ambiente macroeconômico instável. O período foi marcado por hiperinflação, reformas neoliberais e forte retração fiscal, o que dificultou investimentos públicos em infraestrutura turística e limitou a competitividade do Brasil como destino internacional.

A partir da década de 2000, especialmente nos governos Lula (2003–2010), observou-se um crescimento mais robusto do PIB Total, período em que o turismo

³**Nota:** Valores nominais em reais correntes, conforme divulgados pelo IBGE. Para comparações temporais reais, recomenda-se ajuste pela inflação (IPCA).

passou a ser valorizado como política estratégica de desenvolvimento. A criação de programas como o Plano Nacional de Turismo e o fortalecimento da Embratur contribuíram para o aumento das receitas cambiais turísticas e para a interiorização da atividade, promovendo um impacto positivo no crescimento econômico em diferentes regiões do país.

Em 2014, o Brasil alcançou um dos maiores PIBs nominais da série histórica, beneficiado, entre outros fatores, pela realização de megaeventos esportivos internacionais (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos), que impulsionaram significativamente os investimentos em mobilidade urbana, hotelaria e promoção internacional do país. Esses eventos, fortemente ligados ao setor turístico, geraram impactos econômicos temporários, mas relevantes.

Com a recessão entre 2015 e 2016 e, posteriormente, a pandemia de COVID-19 em 2020, o turismo foi um dos setores mais afetados, e o PIB Total refletiu fortemente essa retração. Em 2020, a paralisação das viagens internacionais, o fechamento de fronteiras e o colapso das atividades de lazer e negócios comprometeram parte relevante da economia de serviços. A queda do PIB nesse ano foi de -3,3%, com o turismo entre os setores mais atingidos.

A recuperação observada a partir de 2021 e 2022 se deu, em parte, pelo reaquecimento do setor de turismo interno, a reabertura das fronteiras e o estímulo à demanda reprimida. Programas de retomada e o avanço da vacinação permitiram que o turismo voltasse a contribuir positivamente para o PIB Total, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

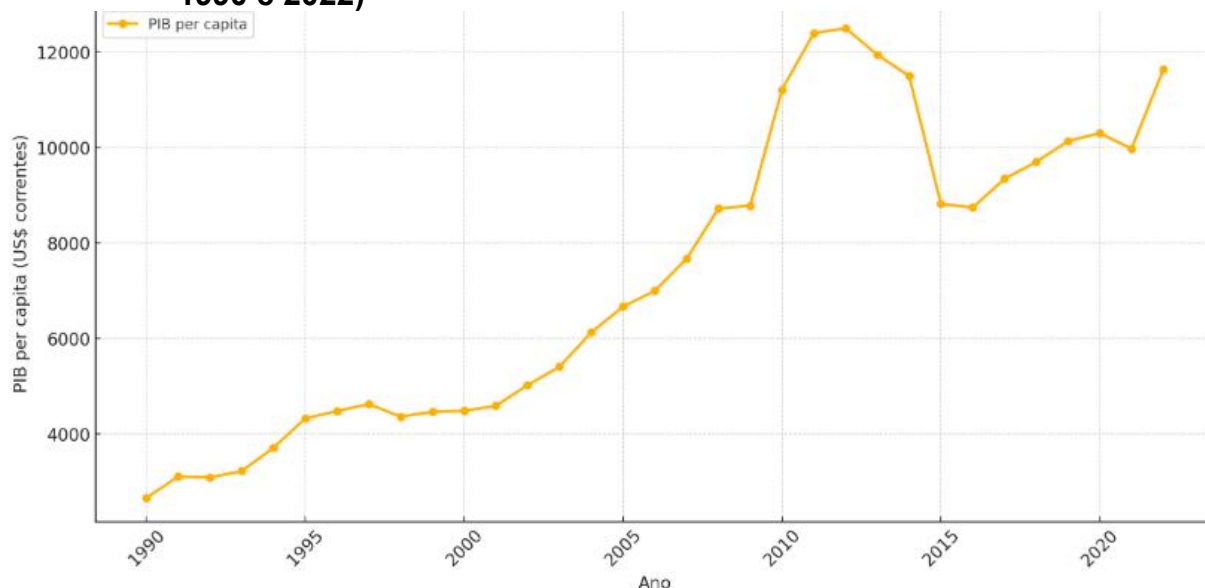
Portanto, ao longo das últimas três décadas, o desempenho do turismo se mostrou diretamente relacionado ao crescimento (ou retração) do PIB Total brasileiro. A existência de políticas públicas efetivas, associada à estabilidade macroeconômica, revela-se essencial para que o setor turístico atue como propulsor do desenvolvimento econômico sustentável e descentralizado no Brasil.

Já o Gráfico 4 apresenta, o PIB per capita cresceu de R\$ 3.500,00 em 1990 para R\$ 42.200,00 em 2022 (valores correntes – IBGE, 2023).

A evolução do PIB per capita brasileiro entre 1990 e 2022 reflete uma trajetória

marcada por períodos alternados de crescimento e retração econômica, intimamente relacionados aos contextos políticos, às estratégias macroeconômicas adotadas e, de modo relevante para esta pesquisa, ao nível de desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao turismo.

Gráfico 4 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil entre 1990 e 2022)



Fonte: Elaboração própria/Banco Mundial.

Nos anos 1990, o indicador manteve-se em patamares baixos e instáveis, influenciado por crises econômicas e pela ausência de uma política nacional estruturada para o turismo. Somente a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério do Turismo (em 1999), observou-se o início de um esforço institucional mais direcionado ao setor, embora ainda com impacto tímido sobre a renda per capita nacional.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), o PIB per capita entrou em trajetória ascendente, acompanhado por uma valorização expressiva do turismo como estratégia de desenvolvimento. Houve crescimento na arrecadação de receitas cambiais turísticas, expansão da malha aérea e incentivo à regionalização do turismo, o que gerou empregos e contribuiu para a dinamização da economia em regiões antes marginalizadas. Esse cenário favoreceu a elevação da renda média, com o turismo atuando como atividade complementar em diversas cadeias produtivas.

O ponto mais alto do indicador foi registrado em 2014, no governo Dilma Rousseff, período também de consolidação de políticas como o PAC Turismo e os grandes eventos internacionais (Copa do Mundo de 2014), que impulsionaram investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana nas cidades turísticas.

Contudo, a crise econômica entre 2015 e 2016, somada à instabilidade política, resultou em forte retração econômica, impactando negativamente o PIB per capita e reduzindo o fluxo de investimentos no setor turístico. O turismo sofreu com cortes orçamentários e queda na demanda, refletindo diretamente no desempenho econômico nacional.

A Pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário, provocando um colapso global na mobilidade e uma queda drástica nas receitas do turismo internacional, o que contribuiu para a retração do PIB per capita em 2020. A partir de 2021, observou-se uma recuperação parcial, sustentada por políticas de estímulo, vacinação em massa e flexibilização gradual das restrições de viagem.

Portanto, a análise evidencia que há correlação entre a valorização institucional e econômica do turismo e o desempenho do PIB per capita. Governos que promoveram políticas consistentes para o setor turístico tendem a apresentar melhor desempenho nesse indicador, especialmente por meio da geração de emprego, dinamização econômica regional e incremento nas receitas externas.

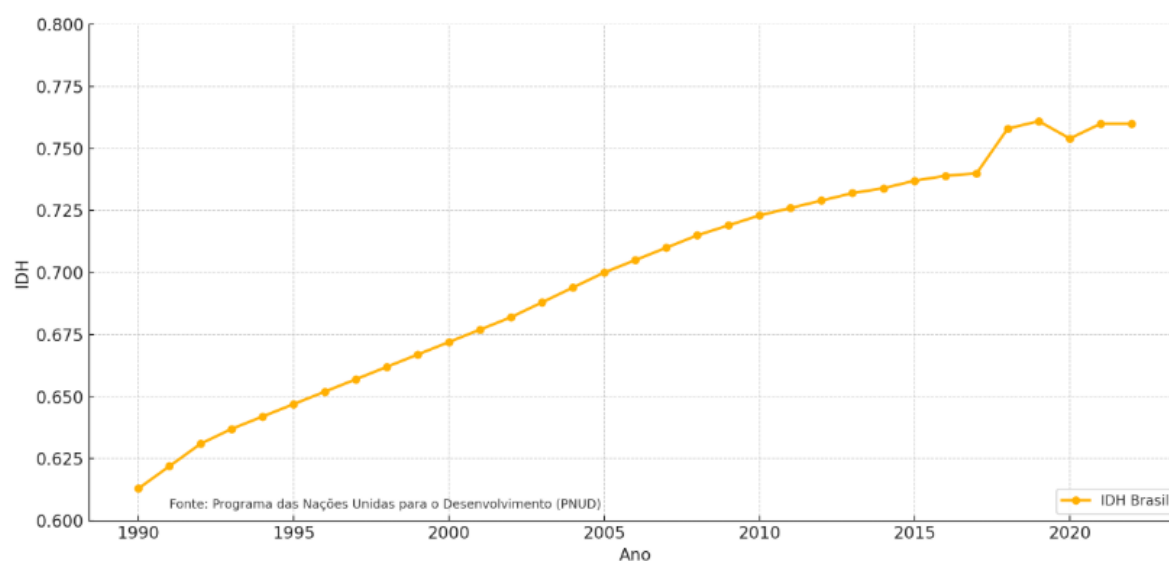
O Gráfico 5 a seguir apresenta, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil passou por um processo de evolução significativa entre 1990 e 2022, partindo de 0,613 em 1990 para 0,754 em 2022, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023). Essa trajetória ascendente, classificada como transição de médio para alto desenvolvimento humano, reflete melhorias graduais nas três dimensões fundamentais do IDH: longevidade, educação e renda.

Nele pode-se correlacionar esses avanços com o setor do turismo, observa-se que o crescimento do IDH não apenas beneficia o ambiente turístico — ao proporcionar melhor infraestrutura, qualificação profissional e condições socioeconômicas — como também é influenciado diretamente pelo fortalecimento da

atividade turística. O turismo, por sua natureza transversal, impacta positivamente a geração de empregos, a valorização cultural, a inclusão social e a distribuição regional de renda. Tais fatores são determinantes no aumento da qualidade de vida e, por consequência, no aprimoramento do índice.

Programas como o Prodetur e o Plano Nacional de Regionalização do Turismo evidenciam essa relação ao promover o desenvolvimento de destinos em regiões com baixos indicadores sociais. Nessas localidades, a expansão do turismo gerou novos postos de trabalho, estimulou a formalização de atividades econômicas e fortaleceu a articulação entre governo, setor privado e comunidades locais. Isso contribuiu diretamente para a elevação do IDH regional, ao integrar o turismo como uma política estratégica de combate às desigualdades.

Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (1990–2022).



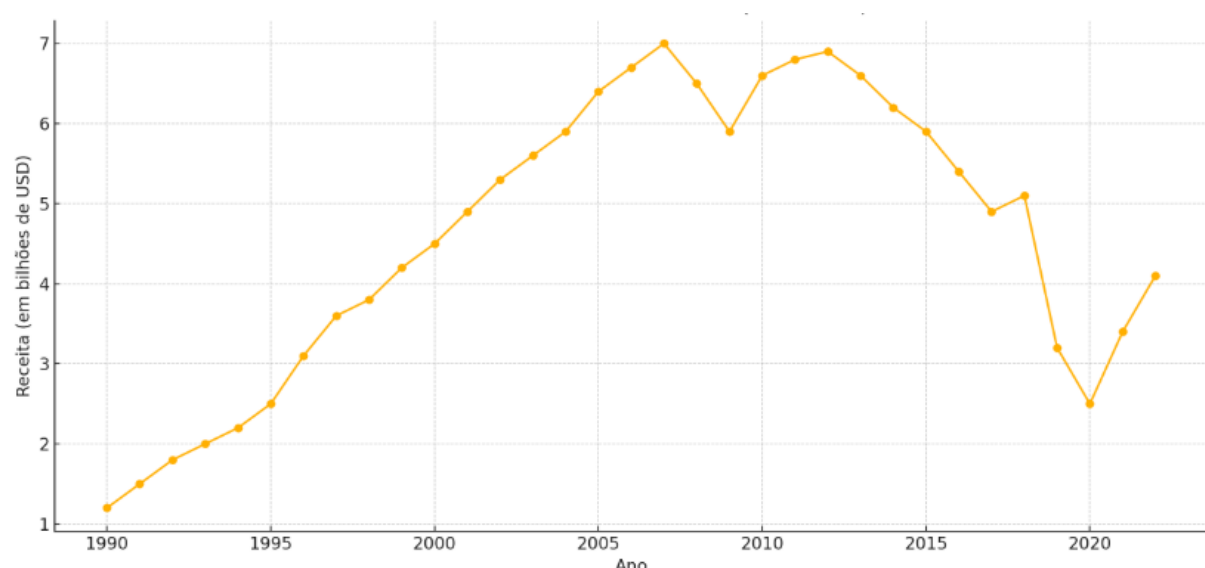
Fonte: Elaboração própria/PNUD.

Além disso, nas décadas de 2000 e 2010, observou-se maior integração entre políticas sociais e estratégias de desenvolvimento turístico, especialmente nos governos que priorizaram programas de transferência de renda e inclusão social, ampliando a capacidade das populações vulneráveis de se inserirem no mercado turístico. Assim, conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas de turismo tem papel complementar no avanço do desenvolvimento humano, devendo ser

considerado vetor essencial para a promoção da justiça social e da coesão territorial no Brasil.

O Gráfico 6, apresenta a Receita Cambial Turística representa o volume de recursos em moeda estrangeira injetados na economia nacional por meio dos gastos de turistas internacionais no Brasil, cresceu de US\$ 1,4 bilhão em 1995 para US\$ 6,7 bilhões em 2014, antes de cair drasticamente na pandemia (US\$ 1,9 bilhão em 2020), segundo dados do BACEN (2023) e EMBRATUR (2023). Esse indicador é essencial para medir a competitividade internacional do turismo e reflete o sucesso de programas como o PRODETUR e os diversos Planos Nacionais de Turismo.

Gráfico 6 - Receita Cambial Turística do Brasil (1990–2022)



Fonte: Elaboração própria/Ministério do Turismo (MTur), Banco Central do Brasil (BACEN) e EMBRATUR.

Nesse mesmo Gráfico 11, ao longo do período de 1990 a 2022, é possível observar oscilações significativas nesse indicador, refletindo tanto o contexto econômico e político interno quanto os fluxos globais de turismo.

Durante os anos 1990, os valores se mantiveram modestos, em razão da instabilidade econômica do país e da ainda incipiente estrutura turística nacional. A partir de meados dos anos 2000, sobretudo no governo Lula (2003–2010), verifica-se um crescimento expressivo na entrada de divisas por meio do turismo, alcançando um dos picos históricos em 2011. Esse avanço foi impulsionado por políticas de

fortalecimento da imagem internacional do Brasil, investimentos em infraestrutura e promoção de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

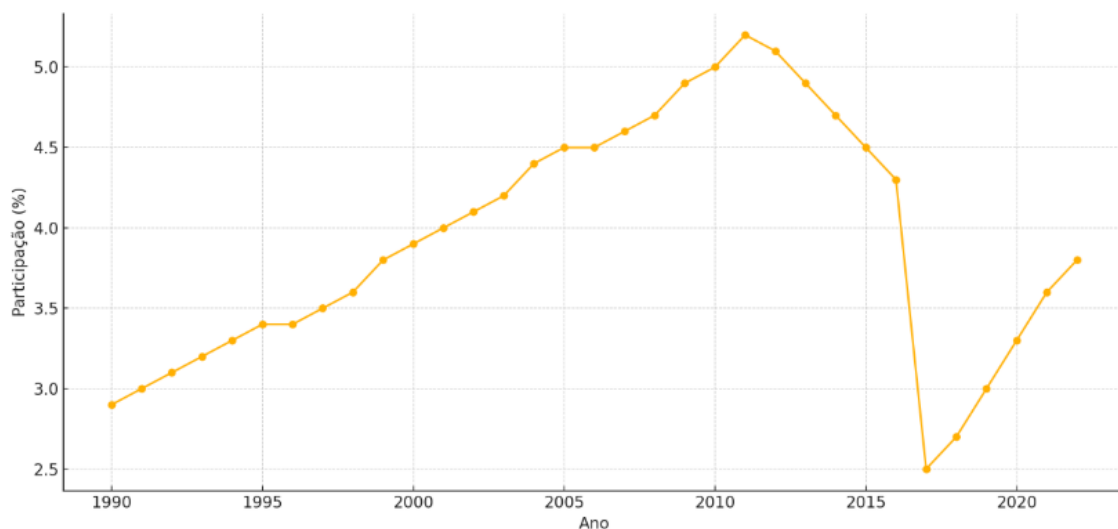
Contudo, observa-se uma queda acentuada a partir de 2015, reflexo da crise econômica e política interna. A retração se intensificou em 2020 com a pandemia da COVID-19, provocando o colapso temporário do turismo internacional. O setor praticamente paralisou, e a receita cambial turística despencou para níveis comparáveis aos da década de 1990. A retomada começou de forma gradual a partir de 2021, mas ainda sem alcançar os patamares anteriores à crise sanitária global.

A análise da Receita Cambial Turística é fundamental para entender o papel estratégico do turismo na economia brasileira. O ingresso de divisas impacta positivamente a balança de pagamentos, estimula a geração de emprego e renda em regiões receptoras e demonstra o grau de internacionalização e competitividade do destino Brasil. Assim, políticas públicas bem estruturadas, estabilidade econômica e promoção internacional eficiente são fatores diretamente relacionados ao desempenho desse indicador.

O Gráfico 7 apresenta a participação do turismo no PIB girou entre 3% e 4% ao longo do período. O setor mostrou crescimento entre 2003 e 2010, alinhado ao crescimento econômico e ao fortalecimento institucional do turismo. Após 2014, a participação caiu, com nova retração em 2020 devido à pandemia, chegando a apenas 2,5% do PIB (WTTC, 2021).

Ao longo do período de 1990 a 2022, a participação do setor de turismo no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil oscilou de maneira significativa, refletindo tanto as políticas públicas implementadas por diferentes governos quanto os contextos econômicos e sanitários enfrentados. Nos anos 1990, a participação média do turismo girava em torno de 3% do PIB, com tímidas variações, indicando uma presença ainda limitada do setor na economia nacional. A ausência de políticas integradas e o baixo investimento em infraestrutura turística nessa década limitaram o desempenho do setor.

Gráfico 7 - Participação do Turismo no PIB do Brasil (1990–2022)



Fonte: Elaboração própria/World Travel & Tourism Council (WTTC)

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), observa-se um crescimento gradual, impulsionado pela consolidação do Plano Real, estabilização econômica e primeiros esforços de valorização da atividade turística como política de Estado. A criação do Ministério do Turismo em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, marcou um ponto de inflexão: a participação do turismo no PIB ultrapassou a marca de 3,5% em meados da década de 2000, chegando a atingir cerca de 4% em anos de maior desempenho, como 2006 e 2007, graças à implementação do Plano Nacional de Turismo (PNT) e do Programa de Regionalização do Turismo.

A tendência de crescimento manteve-se até a crise econômica de 2014, quando a recessão econômica e os cortes orçamentários afetaram diretamente a promoção turística e os investimentos em infraestrutura. Entre 2015 e 2016, a participação caiu novamente para cerca de 3,2%. Ainda assim, eventos internacionais como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) amorteceram parte dos efeitos negativos, gerando influxo de visitantes e investimentos pontuais no setor.

Entre 2017 e 2019, observa-se uma recuperação moderada, com retomada de campanhas de promoção internacional, programas como o Investe Turismo e

crescimento do mercado doméstico, o que levou a participação do turismo a se aproximar de 3,8%. No entanto, a pandemia da COVID-19 provocou um colapso inédito em 2020, com a participação despencando para níveis abaixo de 2%, evidenciando a vulnerabilidade do setor frente a choques externos e à ausência de mecanismos de resiliência mais robustos.

Em 2021 e 2022, há sinais de retomada, impulsionados pela reabertura de fronteiras, flexibilização das restrições sanitárias e estímulo ao turismo interno. Ainda assim, a recuperação permanece desigual e abaixo dos patamares pré-pandemia, com a participação do setor situando-se em torno de 2,6% do PIB em 2022, de acordo com o WTTC.

Portanto, a análise do gráfico evidencia que a participação do turismo no PIB brasileiro está diretamente relacionada ao ambiente macroeconômico, à estabilidade política e, principalmente, à adoção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva do turismo. O fortalecimento institucional, o investimento em infraestrutura e a integração com as agendas de desenvolvimento regional se mostram, ao longo do tempo, determinantes para o crescimento sustentável do setor.

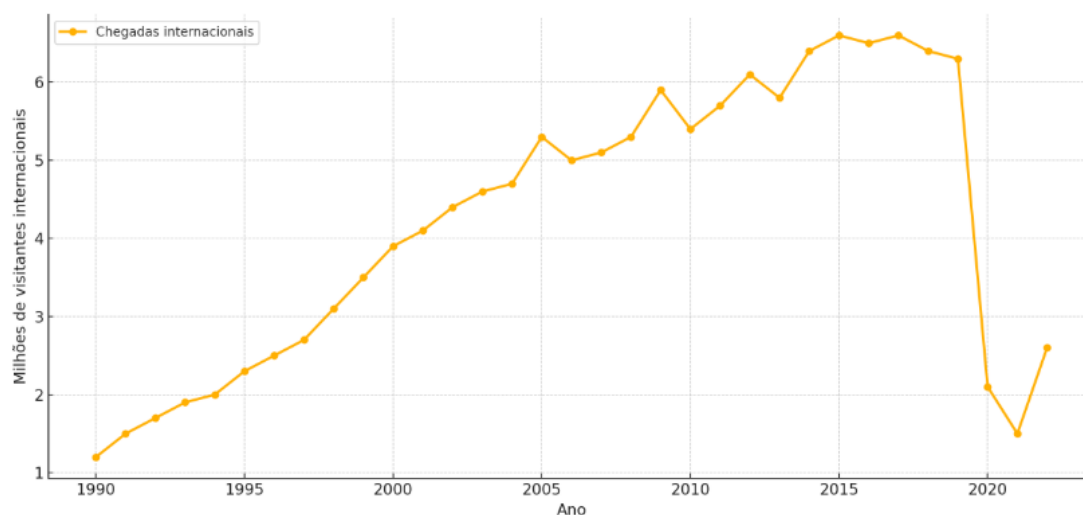
No Gráfico 13 apresenta, o número de chegadas internacionais cresceu de 1,3 milhão em 1995 para 6,6 milhões em 2014, caindo para 2,1 milhões em 2020 e recuperando-se parcialmente para 3,6 milhões em 2022 (OMT, 2023). A evolução está relacionada à melhoria da conectividade aérea, ações promocionais e programas de facilitação como o visto eletrônico.

O Gráfico 8 abaixo, destaca um panorama marcado por oscilações significativas, que refletem tanto o contexto econômico global quanto a eficácia das políticas públicas adotadas ao longo das diferentes gestões governamentais. No início da década de 1990, os números de visitantes estrangeiros ainda eram modestos, impactados por fatores como instabilidade econômica, infraestrutura deficiente e baixa promoção do país como destino turístico internacional. A média anual girava em torno de 1,3 milhão de chegadas, conforme dados do Ministério do Turismo.

Com a criação da EMBRATUR como autarquia em 1990 e as primeiras estratégias de promoção externa mais consistentes, os números começaram a

crescer de forma gradual. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), houve maior estabilidade econômica com o Plano Real e iniciativas pontuais de estímulo ao turismo receptivo, elevando o volume para cerca de 3,7 milhões de chegadas em 2000.

Gráfico 8 - Chegadas Internacionais ao Brasil (1990–2022).



Fonte: Elaboração própria/Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico de Turismo*. Brasília: MTur, edições anuais de 1990 a 2022

O período entre 2003 e 2010, durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou uma fase de forte valorização do setor. Políticas como a implementação do Plano Nacional de Turismo, a ampliação da malha aérea regional e a participação ativa do Brasil em feiras internacionais geraram um aumento considerável nas chegadas, que ultrapassaram 5 milhões em 2005, atingindo o pico de 5,6 milhões em 2010. Esses resultados estão diretamente ligados ao crescimento do PIB e à ampliação da classe média, que possibilitou a expansão do setor hoteleiro, da infraestrutura e da qualificação da mão de obra turística.

Durante o governo Dilma Rousseff (2011–2016), as chegadas internacionais mantiveram estabilidade, com destaque para o impacto positivo de megaeventos como a Copa do Mundo de 2014, que impulsionaram temporariamente o número de visitantes. No entanto, a recessão econômica iniciada em 2015 e a instabilidade

política reduziram a capacidade de investimento em promoção turística, o que limitou o crescimento sustentado da entrada de estrangeiros.

Nos anos seguintes, sob os governos Temer (2016–2018) e Bolsonaro (2019–2022), políticas como a implantação do visto eletrônico para países estratégicos (EUA, Japão, Canadá e Austrália) trouxeram resultados positivos de curto prazo. Em 2018, o Brasil registrou 6,62 milhões de visitantes internacionais, o maior número da série histórica até então. No entanto, em 2020, a pandemia da COVID-19 provocou um colapso no fluxo turístico global, fazendo as chegadas despencarem para 886 mil visitantes, uma queda de mais de 85%, que evidencia a vulnerabilidade do setor às crises sanitárias globais.

A lenta retomada em 2021 e 2022 ainda refletiu os efeitos das restrições de viagem, das incertezas sanitárias e da tímida execução de políticas de estímulo ao turismo internacional, resultando em 2,7 milhões de visitantes em 2022, menos da metade do patamar pré-pandêmico.

Portanto, a análise histórica revela que os avanços nas chegadas internacionais ao Brasil estão fortemente relacionados à estabilidade macroeconômica, à realização de eventos internacionais, à implementação de políticas públicas eficazes de promoção externa e à ampliação da infraestrutura turística. Por outro lado, momentos de retração estão associados a crises econômicas internas, instabilidade política e eventos globais como pandemias, destacando a importância de uma política de turismo contínua, adaptável e articulada com estratégias de desenvolvimento econômico mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo principal avaliar de que forma o turismo pode ser utilizado como uma estratégia de desenvolvimento econômico no Brasil, com base na análise das políticas governamentais implementadas no período de 1990 a 2024. Para tanto, foram analisados dois eixos centrais: o surgimento, a evolução e a importância do setor turístico no Brasil, bem como as principais políticas públicas adotadas para seu fortalecimento e das ações governamentais e da interpretação de indicadores econômicos, como PIB, PIB per capita, IDH, Receita Cambial Turística, Participação do Turismo no PIB e Chegadas Internacionais.

Ao longo do trabalho, foi possível constatar que o turismo brasileiro passou por avanços importantes nas últimas décadas, consolidando-se como um setor relevante para a economia nacional. A análise histórica revelou que períodos de maior atenção governamental ao setor, com políticas públicas mais estruturadas, como os programas de regionalização, os investimentos em infraestrutura turística e os planos nacionais de turismo, coincidiram com melhorias significativas em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), a Receita Cambial Turística, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a geração de empregos formais e informais.

A resposta ao problema de pesquisa, em que medida as políticas governamentais de incentivo ao turismo contribuíram para o desenvolvimento econômico do Brasil entre 1990 e 2024? revela que, embora com variações ao longo das diferentes gestões presidenciais, houve uma contribuição real e mensurável do setor turístico para o desenvolvimento do país. Nos períodos em que o turismo foi tratado como política de Estado, seus efeitos sobre a economia foram positivos, promovendo a diversificação da base produtiva, incentivando o empreendedorismo local e regional, e contribuindo para a inclusão social e a redução de desigualdades em algumas regiões.

A hipótese que orientou esta monografia foi confirmada: políticas públicas bem estruturadas para o turismo contribuem significativamente para o crescimento e o

desenvolvimento econômico, sobretudo ao estimular o setor de serviços, aumentar a arrecadação tributária, promover o desenvolvimento regional e melhorar indicadores sociais, como o IDH e o Índice de Gini.

A metodologia adotada, baseada em pesquisa bibliográfica, análise qualitativa e quantitativa, e abordagens dedutiva e histórica, permitiu uma compreensão ampla e fundamentada dos contextos políticos e econômicos que moldaram o setor turístico ao longo das últimas três décadas.

Conclui-se, portanto, que o turismo é uma atividade transversal e estratégica para o desenvolvimento nacional. Contudo, para que seu potencial seja plenamente realizado, é imprescindível a continuidade de políticas públicas consistentes, integradas a outras áreas como transporte, educação, cultura, meio ambiente e segurança. Somente por meio de planejamento de longo prazo, estabilidade institucional e participação federativa será possível consolidar o turismo como um dos pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Por fim, espera-se que esta monografia contribua para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais assertivas e duradouras, capazes de reconhecer o turismo não apenas como atividade econômica, mas como um pilar transversal do desenvolvimento sustentável do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABDEL-WAHAB, Salah E. ***Elements of State Policy on Tourism with special emphasis on developing countries***. Cornell, USA, 1974.

ALEXANDRE, M. A. B. ***Turismo e políticas públicas: subsídios para sua construção***. Curitiba: Fundação de Estudos Sociais do Paraná, 2003.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. ***A reforma do Estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira***. In: DENIZ, Eli;

AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). ***Reforma do Estado e Democracia no Brasil***. Brasília: UNB/ENAP, 1997.

BACEN – Banco Central do Brasil. ***Estatísticas do Setor Externo***. Brasília: BACEN, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BACEN – Banco Central do Brasil. ***Indicadores do Setor Externo – Receita de Turismo Internacional***. Brasília: BACEN, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BACEN – Banco Central do Brasil. ***Receita cambial turística – séries históricas***. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/seriehist>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BAHIA, Eduardo T.; BOLSON, Jaísa H. G.; PIRES, Fabiana. ***Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil: estudo de Caso Minas Gerais***. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL)*. Curitiba, 2004.

BARRETO, M. ***Turismo e Legado Cultural. As possibilidades do planejamento***. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETO, Margarita. ***Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo***. Campina: Papirus, 1995.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S. P. ***A pandemia e a desigualdade no Brasil: evidências e reflexões***. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, n. 1, p. 85–109, 2022.

BECKER, Bertha. ***Política e planejamento do turismo no Brasil***. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita C. A. (Org.). ***Turismo: espaço, paisagem e cultura***. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 181–192.

BECKER, C. R. **Políticas Públicas e Turismo no Brasil: Uma Análise Crítica**. São Paulo: Edusp, 1996.

BENETT, O. **Financing for tourism projects in developing countries**. In: SEATON, A. V. et al. (eds.). *Tourism: The State of the Art*. England: Wiley Publishers, 1994.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BENI, M. C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. *Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1013, 29 jan. 1993.*

BRASIL. *Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2003.*

BRASIL. *Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020. Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos ao setor do turismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020*

BRASIL. Ministério do Turismo. **Indicadores do turismo no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006

BRASIL. Ministério do Turismo. **PAC Turismo – Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília: MTur, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PIB do Turismo ultrapassa R\$ 127 bi em 2011**. Brasília: Ministério do Turismo, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pib-do-turismo-ultrapassa-r-127-bi-em-2011>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003–2007**. Brasília: MTur, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003–2007: diretrizes, metas e programas do governo federal para o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Brasília: MTur, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/planejamento/plano-nacional-de-turismo>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007–2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: MTur, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/planejamento/plano-nacional-de-turismo>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018–2022**. Brasília: MTur, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa Investe Turismo: relatório executivo 2020*. Brasília: MTur, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil 2011–2014*. Brasília: **Ministério do Turismo**, 2014. Disponível em: [https://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo no Brasil 2011 - 2014 sem margem corte.pdf](https://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf). Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Medida Provisória nº 863, de 11 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv863.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRITO, Eliene; LOUREIRO, Suzana. **Políticas públicas e turismo no Brasil: reflexões sobre os governos Lula**. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 24–38, 2012. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/cvturismo/article/view/358>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRITO, J. M.; LOUREIRO, S. M. C. **Turismo de base comunitária: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 234–250, 2016.

CASTRO, Renata; BARBOSA, Livia. **A regionalização do turismo como política pública: uma análise dos impactos do programa Roteiros do Brasil**. *Revista Turismo: Visão e Ação*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 151–170, 2013. DOI: 10.14210/rtva.v15n2.p151-170. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/4603>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COLLINS-KREINER, N. **Researching pilgrimage: continuity and transformations**. *Annals of Tourism Research*, v. 37, n. 2, p. 440–456, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Participação do turismo no PIB: uma análise a partir da Conta Satélite do Turismo**. Rio de Janeiro: CNC, 2020. Disponível em: <https://cnc.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COOPER, C. et al. *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRUZ, R. C. A. **Políticas públicas de turismo no Brasil: uma análise crítica**. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 7–20, 2000.

DAVIDSON, R.; COPE, B. *Business Travel: Conferences, Incentive Travel, Exhibitions, Corporate Hospitality and Corporate Travel*. Pearson Education, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Sérgio. **Turismo e políticas públicas no Brasil: análise do período de 2003 a 2010**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 270–289, maio/ago. 2014. DOI: 10.7784/rbtur.v8i2.681. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/681>. Acesso em: 12 abr. 2025.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico de Turismo 2015**. Brasília: Embratur, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/embratur/pt-br/assuntos/publicacoes>. Acesso em: 9 mai. 2025.

EMBRATUR. **Receita gerada por estrangeiros no Brasil em 2022**. Brasília: Embratur, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br>. Acesso em: 9 maio 2025.

EMBRATUR. **Relatório de Atividades 2010**. Brasília: EMBRATUR, 2011. Disponível em: <https://www.embratur.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FARIAS, J. S.; SILVA, A. M. **Turismo e pandemia: desafios e perspectivas para o Brasil pós-COVID-19**. *Revista Turismo & Sociedade*, v. 14, n. 3, p. 45–66, 2021.

GÖSSLING, S.; PEETERS, P. **Assessing tourism's global environmental impact 1900–2050**. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 23, n. 5, p. 639–659, 2015.

GIAMBIAGI, F. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIAMBIAGI, F. **Reformas Econômicas e Impactos no Setor Público Brasileiro**. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, C. M.; SHARPLES, L. (Eds.). *Food Tourism Around the World: Development, Management and Markets*. Butterworth-Heinemann, 2003.

HOLLOWAY, J. **The Business of Tourism**. Quarta edição. Longon Group Limited, England, 1994.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conta Satélite do Turismo 2003-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: viagens domésticas 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries Históricas e Estatísticas Econômicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IBGE. *Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936>. Acesso em: 9 mai. 2025.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais Trimestrais – PIB e PIB per capita 2016 a 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 maio 2025.

IBGE. *PIB per capita - Brasil - 2010/2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>. Acesso em: 9 mai. 2025.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais Trimestrais – PIB e indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020–2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 maio 2025.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

IGNARRA, Luiz Roberto. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Indicadores de desigualdade social: evolução do índice de Gini*. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

IPEA. *A century of regional inequalities in Brazil*. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11627/1/dp_271.pdf. Acesso em: 9 mai. 2025.

IPEA. *Comportamento do Setor de Turismo no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LEE, C. C.; OLASEHINDE-WILLIAMS, G.; AKADIRI, S. S. *Geopolitical risk and tourism: Evidence from dynamic heterogeneous panel models*. *International Journal of Tourism Research*, v. 23, n. 1, p. 26–38, 2021. <https://doi.org/10.1002/jtr.2389>

LEW, A. **Tourism's role in the global economy**. *Tourism Geographies*, p. 148-151, 2011.

LOBATO, L. C. C. **Turismo no Brasil: Política Pública e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MANKIW, N. **Macroeconomics**. Worth, v. 1, n. 4, p. 92–102, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Indicadores do turismo no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa Investe Turismo: relatório executivo 2020**. Brasília: MTur, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 9 maio 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo: resultados e perspectivas**. Brasília: MTur, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em: 06 maio 2025.

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Visto eletrônico impulsiona chegada de turistas estrangeiros ao Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em: 9 maio 2025.

OMT. **Organização Mundial do Turismo. Relatório Anual da OMT**. 2016. Disponível em: <https://www.unwto.org/>. Acesso em: 01 set. 2024.

OLIVEIRA, A. F. de. **A construção da política nacional de turismo no Brasil (1966–2003): avanços e limites**. *Revista Cenário*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 31–45, 2014.

OLIVEIRA, A. M. de. **Políticas públicas de turismo no Brasil: de Getúlio Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Aleph, 2014.

OLIVEIRA, A. R. de. **Políticas Públicas e Turismo: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Senac, 2014.

PANROTAS. **Chegadas internacionais ainda 43% abaixo de 2019**. São Paulo: PANROTAS, 2023. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br>. Acesso em: 9 maio 2025.

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The Experience Economy: Work Is Theatre & Every Business a Stage**. Harvard Business Press, 1999.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PNUD. **Human Development Reports**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1995**. Nova York: PNUD, 1995. Disponível em: <https://hdr.undp.org>. Acesso em: 11 abr. 2025.

POON, A. **Tourism, Technology and Competitive Strategies**. CAB International, 1993.

RICHARDS, G. **Cultural Attractions and European Tourism**. CABI Publishing, 2001.

SANTOS, M. E. dos; SOUZA, B. A.; FERREIRA, L. M. **Atividades características do turismo no Brasil: uma análise da informalidade**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 45–60, 2018.

SMITH, M.; PUCZKÓ, L. **Health, Tourism and Hospitality: Spas, Wellness and Medical Travel**. Routledge, 2014.

SOLHA, K. G. **Planejamento e Política Pública de Turismo: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da atividade**. In: TRIGO, Luiz G. G. *Turismo: Espaço, Tempo e Ação*. São Paulo: SENAC, 2006.

UNWTO. **Covid-19 related travel restrictions: a global review for tourism**. 2020. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/TravelRestrictions-08-Mayo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

URRY, J. **The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies**. Sage Publications, 1990.

WEAVER, D. B. **Sustainable Tourism: Theory and Practice**. Butterworth-Heinemann, 2006.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington, DC: The World Bank, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Economic Impact Reports. 2022**. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 07 nov. 2024.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o estudante **João Vitor Rodrigues da Silva**, matrícula: 2022.1.0021.0044-9, regularmente matriculada no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, **ESTÁ APTO**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 22 de maio de 2025.

Professor/Orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos

Ciente:

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO VITOR RODRIGUES DA SILVA
Data: 28/05/2025 16:25:21 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Estudante/Acadêmico: João Vitor Rodrigues da Silva



Termo de Autorização de Publicação de Produção Acadêmica

O estudante, João Vitor Rodrigues da Silva, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2022.1.0021.0044-9, telefone: (62) 99279-9395, e-mail: joaovitor.rodriguesecono@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Turismo como Estratégia de Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma Análise das Políticas Governamentais de 1990 a 2022”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de maio de 2025.

Assinatura do autor:  Documento assinado digitalmente
JOAO VITOR RODRIGUES DA SILVA
Data: 26/05/2025 16:25:21 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nome completo do autor: João Vitor Rodrigues da Silva

Assinatura do professor- orientador:

Nome completo do professor-orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos